

An abstract graphic composed of several overlapping, semi-transparent blue triangles of various shades, creating a sense of depth and movement. The triangles are arranged in a way that they appear to be pointing towards the right side of the frame. The background features soft, wavy blue gradients that complement the geometric shapes.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCEPR

2012

2º TRIMESTRE DE 2012

CURITIBA



**Composição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**  
**Composição do Tribunal Pleno (Biênio 2011/2012)**

- Fernando Augusto Mello Guimarães – Conselheiro Presidente
- Artagão de Mattos Leão – Conselheiro Vice-Presidente
- Nestor Baptista – Conselheiro Corregedor-Geral
- Heinz Georg Herwig – Conselheiro
- Caio Marcio Nogueira Soares – Conselheiro
- Hermas Eurides Brandão – Conselheiro
- Ivan Lelis Bonilha – Conselheiro
- Jaime Tadeu Lechinski – Auditor
- Ivens Zschoerper Linhares – Auditor
- Claudio Augusto Canha – Auditor
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – Auditor
- Thiago Barbosa Cordeiro – Auditor

**Composição das Câmaras (Biênio 2011/2012)**

**Primeira Câmara**

- Artagão de Mattos Leão – Conselheiro Vice-Presidente
- Heinz Georg Herwig – Conselheiro
- Hermas Eurides Brandão – Conselheiro
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – Auditor
- Thiago Barbosa Cordeiro – Auditor

**Segunda Câmara**

- Nestor Baptista – Conselheiro – Presidente do Colegiado
- Caio Marcio Nogueira Soares – Conselheiro
- Ivan Lelis Bonilha – Conselheiro
- Jaime Tadeu Lechinski – Auditor
- Ivens Zschoerper Linhares – Auditor
- Claudio Augusto Canha – Auditor

**Procuradores**

- Laerzio Chierosin Junior – Procurador Geral
- Angela Cassia Costaldello (7ª Procuradoria)
- Célia Rosana Moro Kansou (6ª Procuradoria)
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner (3ª Procuradoria)
- Elizeu de Moraes Corrêa (2ª Procuradoria)
- Flávio de Azambuja Berti (1ª Procuradoria)
- Gabriel Guy Léger (10ª Procuradoria)
- Juliana Sternadt Reiner (9ª Procuradoria)
- Katia Regina Puchaski (4ª Procuradoria)
- Michael Richard Reiner (8ª Procuradoria)
- Valéria Borba (5ª Procuradoria)



**Elaboração**  
**Coordenadoria de Planejamento – COPLAN**

**Revisão**  
**Diretoria Geral - DG**

**Diagramação**  
**Núcleo de Imagem**



## Sumário

1. Apresentação .....	5
2. Tribunal de Contas em ação no segundo trimestre de 2012.....	6
3. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná .....	17
3.1. Jurisdição.....	17
3.2. Competências .....	19
3.3. Atos Normativos.....	19
3.3.1. Resoluções.....	19
3.3.2. As Instruções Normativas .....	19
4. Atividades de Controle Externo e Social .....	20
4.1. Processos Distribuídos .....	20
4.2. Processos Apreciados e Decisões Proferidas .....	23
4.3. Sanções e Execuções .....	25
4.3.1. Acompanhamento das Execuções .....	25
4.3.2. Lista de Agentes Públicos com Contas Irregulares .....	26
4.3.3. Determinações.....	27
4.4. Fiscalizações .....	29
4.4.1. Os procedimentos de Fiscalização.....	29
4.4.2. O Plano Anual de Fiscalização .....	30
4.4.3. Participação em Auditoria de responsabilidade da Coordenadoria de Auditorias (CAD).....	31
4.4.4. Fiscalizações realizadas na Área de Engenharia e Arquitetura .....	34
4.5. Atuação do Ministério Público junto ao TCE/PR .....	36
5. Atividades Institucionais.....	38
5.1. Planejamento e Gestão .....	38
5.1.1. Gestão à Vista .....	39
5.2. Gestão de Pessoas .....	40
5.2.1. Quadro de Pessoal do TCE/PR no segundo trimestre de 2012 .....	40
5.2.2. Desenvolvimento profissional e capacitação dos servidores .....	40
(evento interno) do TCE/PR no segundo trimestre de 2012 .....	40
5.2.3. Desenvolvimento profissional e capacitação dos servidores .....	41
(eventos externos - terceiros) do TCE/PR no segundo trimestre de 2012.....	41
5.3. Tecnologia da Informação.....	42
6. Portfólio de Programas e Projetos Institucionais do TCE/PR .....	43



6.1. Programa Gestão Pública .....	46
6.2. Programa Fiscalização Cidadã.....	51
6.3. Programa TCE Digital II.....	55
7. Relacionamento com o Público Externo .....	56
7.1. Convênios e Parcerias.....	56
7.1.1. Parcerias que o TCE/PR manteve durante o segundo trimestre de 2012 .....	56
7.1.2. Parcerias relacionadas ao projeto PAF SOCIAL.....	59
7.1.3. Parcerias que estão tramitando no TCE/PR.....	59
7.1.4. Parcerias sem formalização .....	60
7.2. Divulgação Institucional .....	60
7.3. Eventos Externos.....	63
7.3.1. Programa de capacitação aos jurisdicionados, no segundo trimestre de 2012 .....	63
7.3.2. Eventos realizados no segundo trimestre de 2012, relacionados ao Controle Social:.....	64
7.3.3. Outros eventos realizados pela Escola de Gestão Pública do TCE/PR, no segundo trimestre de 2012 .....	64
7.4. Representação Institucional.....	64
7.4.1. Resumo das ações relacionadas à Representação Institucional e aos Encontros Técnicos, realizados no 2º trimestre de 2012.....	65
8. Resultado Orçamentário e Financeiro .....	66
9. Fonte de Informações .....	67
10. ANEXOS .....	68
11. Lista de Abreviaturas e Siglas .....	69

## 1. Apresentação

No 2º trimestre de 2012, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná completou 65 anos de atividades. A comemoração marca um momento de importantes conquistas para o órgão de controle externo da administração pública paranaense. Consolidado como referência nacional em competência técnica, graças à qualificação e ao empenho de seus servidores, hoje o TCE/PR se firma também como exemplo em outra área: tornou-se um indutor do envolvimento da sociedade na fiscalização do gasto público.

O moderno conceito de auditoria social, adotado em outros países, foi implantado no Paraná, de forma pioneira, com o Plano Anual de Fiscalização Social (PAF Social), o qual já conta com a participação de quase 300 alunos e professores, das sete universidades estaduais. A iniciativa despertou o interesse de vários Tribunais que, ao conhecer a experiência, estudam adotá-la em suas jurisdições. As ações realizadas no período, dentro do programa PAF Social, estão descritas neste relatório. Outro exemplo que coloca o TCE paranaense em destaque no 2º trimestre de 2012, foi o conjunto de ações que visaram ampliar a transparência sobre a gestão do órgão e os resultados do seu trabalho. Em resposta às novas normas, como a Lei da Transparência (Lei Complementar 131/09) e a recente Lei de Acesso à Informação Pública (12.527/11), o Tribunal adotou uma série de medidas, também descritas neste relatório.

Dentre a programação de celebração dos 65 anos do Tribunal, destacaram-se o lançamento da Revista do TCE/PR em formato digital; a realização do Seminário Internacional sobre a história e as tendências da auditoria realizada pelos órgãos de controle externo na América Latina; a inauguração do Espaço Cultural do TCE/PR, além da realização de seminários, conferências e apresentações, voltadas aos jurisdicionados, aos servidores e à sociedade.

Cada vez mais o TCE/PR tem ampliado seu leque de competências e prestado ao gestor público e ao cidadão um serviço de qualidade.



## 2. Tribunal de Contas em ação no segundo trimestre de 2012

Os principais dados, benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCE/PR no 2º trimestre de 2012 estão sintetizadas abaixo:

Processos distribuídos	7.785
Processos apreciados e decisões proferidas	3.062
Determinações emitidas	72
Sanções (valor aplicado)	R\$ 710.943,15
Sanções (valor recolhido)	R\$ 1.661.771,58
MPjTC (emissão de pareceres)	5.858
Servidores estatutários ativos	658
Servidores envolvidos em cursos	396
Eventos externos de capacitação de servidores	29
Projetos em andamento na DTI	44
Atendimentos e solicitações de serviços pela DTI	2.873
Atendimentos de demandas do Canal de Comunicação pela DTI	1.282
PAF Social (universidades estaduais envolvidas)	7
PAF Social (estudantes e professores envolvidos) - aproximadamente	300
PAF Social (escolas avaliadas)	79
PAF Social (parcerias relacionadas)	9
Auditorias em programas co-financiados por Organismos Internacionais	4
Parcerias mantidas com outros órgãos	22
Parcerias em tramitação	8
Parcerias sem formalização	1
Comunicação externa (releases)	129
Rede social twitter (postagens)	80
Rede social facebook (postagens)	6
Banco de áudios	19
Boletim externo (newsletter)	5
Capacitação de jurisdicionados (participantes)	5.123
Eventos realizados relacionados ao controle social	1
Outros eventos realizados pela EGP	2
Encontros técnicos realizados	15
Total da dotação orçamentária no período	R\$ 259.212.040,00
Total liquidado no período	R\$ 104.706.892,30

Estão relacionados a seguir os principais resultados da atuação do TCE/PR no período em questão, os quais se destacaram pela importância ou interesse das constatações verificadas.

### ***TCE implanta novo sistema integrado de compras***

---

O Tribunal implantou um sistema integrado de aquisição de bens e serviços. A Escola de Gestão Pública realizou o programa de capacitação dos servidores para a utilização dessa ferramenta, que passou a ser empregada por todas as unidades da Casa. A nova ferramenta integra um sistema de controle de almoxarifado e outro de compras de bens e serviços. O sistema informatizado gerencia todas as etapas do processo. Desde a requisição dos materiais pelas unidades – que eliminou o envio de ofícios em papel – até a execução contratual. O software possibilita o controle completo dos estoques de materiais, o acompanhamento online do trâmite dos pedidos pelas unidades e a produção de relatórios gerenciais sobre o consumo do Tribunal.

### ***Processo Eletrônico passa no grande teste***

---

O processo eletrônico do TCE foi aprovado em seu maior teste. O portal e-ContasParaná recepcionou, sem falhas, as prestações de contas de mais de 900 entidades municipais e estaduais, que tinham o dia 31 de março como prazo final para o envio das prestações de contas do exercício de 2011. Este foi o primeiro ano em que o Tribunal passou a exigir que todos os jurisdicionados enviassem suas prestações de contas exclusivamente em meio digital, conforme estabelece a Instrução Normativa 62/2011. O Tribunal comemorou um novo marco no processo eletrônico. Das 399 prefeituras paranaenses, 381 – ou 95,5% do total – enviaram por meio digital as suas prestações de contas anuais. Na esfera estadual, a adesão ao processo eletrônico foi ainda maior: 96,9% dos órgãos e entidades públicos encaminharam a documentação à Corte pela internet.

### ***Trabalho Remoto teve seu primeiro teste***

---

O trabalho remoto é uma realidade no TCE/PR. A modalidade começou a ser avaliada com um projeto experimental na Diretoria Jurídica (DIJUR). A modalidade permite ao servidor trabalhar em casa e melhora a qualidade de vida, segundo especialistas. A Portaria 245/12, publicada no Diário Eletrônico do TCE nº 378, de 9 de abril de 2012, limitou o trabalho remoto aos servidores designados para a Divisão de Atos de Pessoal (DIJUR). No entendimento da administração da Corte, trabalho remoto é o que pode ser realizado fora das dependências do Tribunal de Contas. Não se consideram aí os trabalhos que, por sua própria natureza, somente podem ser exercidos externamente às dependências do Tribunal, como as inspeções in loco, por exemplo.

### ***Pleno determina suspensão de repasses públicos para obras no Estádio da Copa***

---

O TCE/PR determinou a suspensão dos repasses públicos para as obras no estádio Joaquim Américo, também conhecido por “Arena da Baixada”. A medida foi válida até a publicação do termo aditivo ao contrato firmado entre o governo do Estado, a Prefeitura de Curitiba e o Clube Atlético Paranaense (CAP).

As recomendações apresentadas pela Comissão às partes convenientes, e que deviam integrar o termo aditivo, compreendiam a inclusão de um plano de trabalho detalhado e cronograma físico-financeiro; a revisão das cláusulas inexecutáveis e condicionantes dos repasses; a alteração da cláusula relativa ao real valor do objeto e a reavaliação quanto à parcela que cabe ao CAP, desconsiderando os incentivos fiscais.

### ***Meta de erradicar os lixões a céu aberto pode não ser cumprida no Paraná***

---

O relatório final sobre o trabalho realizado pelos técnicos do TCE na Auditoria Operacional do Meio Ambiente, indicou, entre outras conclusões importantes, que o Paraná corre o risco de não cumprir a meta de erradicar os lixões a céu aberto até 2014. O diagnóstico revelou que dentre as 340 áreas de

despejo analisadas – aterros ou lixões, usados por 374 municípios – apenas um pequeno número está regular. São 118 locais licenciados (somente 35% do total verificado), dentre os quais a grande maioria (111) terá de ter sua validade revista e renovada até 2014. A maior parte das áreas para o lixo (65%) opera com licença vencida (76 locais) ou sem licença (146 locais).

### ***Informação para a Cidadania***

---

Com a entrada em vigor da Lei Federal 12.527/12 em 16 de maio, conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública, a qual regulamenta o princípio constitucional do direito do cidadão à informação sob guarda do Estado. O pleno acesso à informação pública passa a ser a regra; e o sigilo, a exceção. O agente público que negar esse direito ao cidadão, sem justificativa aceitável, poderá ser processado por improbidade administrativa. Com a lei, o Brasil passa a integrar o grupo de 89 países que possuem normativas nesta área. O Tribunal terá quatro papéis fundamentais no cumprimento à Lei: tornar disponíveis suas próprias informações (como gastos e gestão de pessoal); oferecer à sociedade as informações de interesse público sobre os órgãos que fiscaliza; fiscalizar o cumprimento à lei nesses órgãos e capacitar os gestores públicos paranaenses para atender os cidadãos nesse aspecto.

### ***O Tribunal formalizou uma parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE)***

---

O TCE/PR formalizou uma parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). Por meio desse convênio, será feito um plano de capacitação de servidores do próprio Tribunal e de todos os órgãos municipais e estaduais paranaenses. O programa contará com palestras, seminários e planos de trabalho para qualificar os gestores públicos a atender bem o cidadão paranaense em relação à Lei nº 12.527- Lei de Acesso à Informação Pública.

### *Padronizar para Agilizar*

---

Tribunal buscou uniformização de atos normativos e processuais para atender legislação e acelerar os trâmites internos. A uniformização dos procedimentos adotados pelas várias unidades técnicas está trazendo avanços para a rotina do Tribunal, pois, antes, cada unidade tinha, por exemplo, um modelo próprio de ofício de contraditório. O pontapé foi dado pela Lei Complementar 95/1998, que estabeleceu regras para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. A LC também fixou diretrizes para a consolidação dos atos normativos. Como consequência, uma nova fase do Tribunal avizinha-se: mais uniforme, célere e efetiva.

### *Conselheiro Durval toma posse*

---

Eleito pela Assembleia Legislativa por unanimidade (54 votos), Durval Amaral ocupa a vaga deixada pelo Conselheiro Heinz Herwig, que se aposentou compulsoriamente em abril, ao completar 70 anos. Natural de Londrina, Durval Amaral, 52 anos, é advogado formado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde foi professor da área de Direito Público. Foi eleito Vereador e Vice-Prefeito de Cambé (Norte do Estado) e Deputado Estadual por seis mandatos. Também foi Secretário Estadual de duas pastas: Trabalho e Casa Civil – ocupou este último cargo até sua eleição para a função de Conselheiro do Tribunal.

### *TCE/PR lança Revista Digital*

---

Novo periódico do Tribunal de Contas, em versão exclusivamente eletrônica, conta com 314 páginas de artigos científicos e temas da administração pública. Ideia foi a de dar maior transparência e orientação ao jurisdicionado e à sociedade em geral. A nova revista, que é uma releitura da antiga publicação impressa do TCE, segue a metodologia científica e é inteiramente normatizada pelos critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. A edição terá periodicidade quadrimestral. O meio ambiente foi o tema do primeiro número da publicação técnica, a qual está disponível no portal do TCE ([www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br)) na área Acervo.

### *PGE passa a atuar no Tribunal*

---

Duas procuradoras do Estado passaram a atuar diretamente no TCE. A Resolução Conjunta 6/2012 é resultado de um Termo de Cooperação Técnica assinado em 2011, tendo o objetivo principal agilizar a instrução de processos que tramitam no Judiciário e naqueles em que o TCE é parte. A defesa do órgão estadual de controle, nos casos de ações judiciais, cabe à Procuradoria Geral do Estado (PGE). As procuradoras ficam encarregadas de comunicar a existência, o andamento e o resultado das ações, além de noticiar à Presidência o deferimento de liminares e outras decisões judiciais de interesse da Casa. Também acompanham de perto os processos e decisões do Tribunal que afetem interesse do Estado, como aquelas em que há determinação para que gestores públicos devolvam valores ao cofre estadual. As procuradoras exercem suas atividades perante o Gabinete da Presidência e atuam especialmente junto à Gerência de Contencioso da Diretoria Jurídica, trabalhando nas dependências do Tribunal de Contas, mas permanecendo subordinadas, funcional e administrativamente, à PGE.

### *DCM apresenta o SIM-AM 2013*

---

Como parte das comemorações de 65 anos do TCE, a Diretoria de Contas Municipais (DCM) lançou, para consulta pública, o novo desenho do Sistema de Informações Municipais (SIM) - Acompanhamento Mensal. A versão 2013 do programa informatizado foi apresentada a gestores e técnicos públicos municipais no Canal da Música. Na oportunidade, os participantes puderam sugerir alterações e avaliar as estruturas do SIM-AM 2013, cujas ferramentas, atualizadas, incorporam normas e tendências recentes da contabilidade pública. Os padrões internacionais e os aspectos patrimoniais ganham relevância nessa nova configuração, conforme as orientações do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), editado em novembro de 2010 pela Secretaria do Tesouro Nacional.

## TCE reduz estoque de processos

Depois de ser implantada nas unidades, a ferramenta Gestão à Vista, que apura os resultados a partir das metas estabelecidas nos primeiros meses deste ano, passou a consolidar as informações de todo o Tribunal. Os resultados do segundo trimestre apontaram melhoria no déficit de processos externos do TCE, conforme o gráfico abaixo.

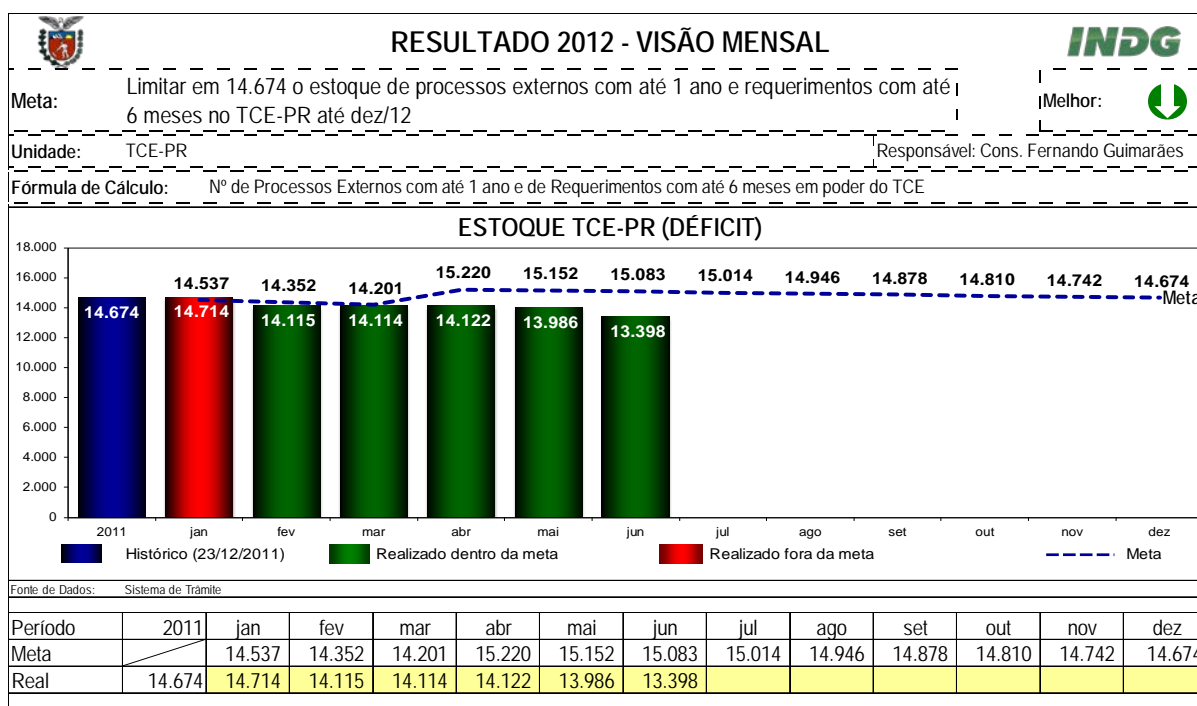


Gráfico 1: Fonte: INDG – TCE/PR

## Obras públicas devem contemplar normas de acessibilidade

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná solicitou aos Prefeitos paranaenses que observassem as regras quanto à acessibilidade na elaboração de projetos e execução de obras em suas cidades. Ao mesmo tempo, incluiu a acessibilidade como ponto de auditoria em suas fiscalizações nas áreas de engenharia e arquitetura. O TCE também aprimorou o Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM), que capta os dados das administrações municipais, visando a incluir a questão da mobilidade. No módulo de Obras Públicas, o novo sistema, em fase de desenvolvimento, além de recolher todas as informações sobre a ART

(Anotação de Responsabilidade Técnica) do autor do projeto, incluirá um módulo de análise dos dados. A intenção é que este módulo automatize diversos procedimentos da auditoria e registre todas as informações referentes à fiscalização da obra auditada, incluindo aquelas relacionadas à acessibilidade.

### ***TCE investiga empresas envolvidas com suposta “máfia da merenda escolar”***

---

O Tribunal de Contas do Estado promoveu uma inspeção em contratos realizados com prefeituras do Paraná por duas empresas denunciadas pelo Ministério Público de São Paulo – J. Coan & Cia. Ltda. e SP Alimentação – por superfaturar contratos e pagar propinas a políticos e funcionários públicos. Segundo dados do Portal da Transparência do TCE, as duas empresas receberam, desde 2002, de sete prefeituras do Paraná, cerca de R\$ 835 milhões pelo fornecimento de merenda escolar. Os contratos foram feitos com as Prefeituras de Curitiba, Londrina, Araucária, Castro, Colombo, Paranaguá, Pinhais e São José dos Pinhais.

### ***TCE integra comitê que padronizará preços de obras de infraestrutura***

---

O Tribunal de Contas do Estado integrou o comitê criado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com o objetivo de padronizar os parâmetros a serem considerados na formação dos preços de obras para infraestrutura. O objetivo do trabalho foi instituir uma norma técnica que deverá ser seguida por todos os que atuam no setor. As regras servirão de critério para auditoria por parte dos órgãos de controle externo na fiscalização do uso dos recursos públicos.

### ***Fiscalização de obras públicas fica mais rigorosa e precisa no Paraná***

---

A partir de junho, o acompanhamento das obras públicas realizado pelo TCE/PR contou com o reforço dos oito escritórios regionais do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-PR) espalhados pelo

Estado. A iniciativa, inédita no país, permitiu ao Tribunal ter um quadro preciso da situação dos empreendimentos e um maior controle sobre a sua evolução, tanto na esfera estadual quanto municipal: se foram concluídos, estão em andamento ou paralisados. A medida é mais um desdobramento do convênio assinado entre o Tribunal e o Conselho em 2006. A parceria tem evoluído de maneira consistente, permitindo, por exemplo, a interligação dos bancos de dados.

### ***Desapropriações para obras da Copa não podem prejudicar a população***

---

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná passará a fiscalizar também os reflexos sociais das obras que estão sendo realizadas para a Copa de 2014, cobrando das autoridades estaduais e municipais as providências necessárias para que as desapropriações que venham a ser realizadas não prejudiquem a população.

### **TCE firma parceria com entidades que representam os jornais do Paraná**

---

O Tribunal de Contas do Estado firmou parceria com o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas Diários (Sindejour/PR) e a Associação dos Jornais Diários do Interior do Paraná (ADI/PR). A iniciativa visou a uma série de ações, que vão desde avaliar a correta aplicação da legislação relacionada ao setor, até a integração dos veículos em projetos de mobilização das comunidades para o debate dos orçamentos municipais. O TCE pretende envolver os jornais diários no processo de divulgação das audiências públicas que vão discutir os orçamentos das prefeituras, em todos os municípios, a partir do mês de setembro.

### **TCE normatiza Lei de Acesso à Informação e decide divulgar salários de servidores**

---

Os Conselheiros do TCE/PR, em 24 de maio de 2012, aprovaram o Projeto de Resolução (Processo 297158/12) que normatiza a aplicação da Lei de Acesso à Informação Pública no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do

Paraná. Em medida complementar de transparência, definiram que o Tribunal passará a divulgar, no portal [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br), a lista com o nome e o salário de seus servidores, Conselheiros, Auditores e Procuradores, a exemplo de outros órgãos públicos, como o Supremo Tribunal Federal (STF). Com 20 artigos, a Resolução determina que todas as informações de interesse público a respeito do Tribunal estarão disponíveis à sociedade. Nesta categoria se enquadram dados como a execução financeira, orçamentária, fluxo e balanços de processos julgados, gestão administrativa e de pessoal – caso da divulgação da lista salarial.

### ***TCE recebe termo aditivo ao contrato das obras da Copa do Mundo***

---

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná recebeu no dia 31 de maio de 2012, o termo aditivo ao contrato firmado entre o governo do Estado, a Prefeitura de Curitiba e o Clube Atlético Paranaense (CAP) com vistas às obras do torneio mundial de futebol na capital. O documento, acompanhado dos respectivos anexos, foi avaliado pelos membros da Comissão de Auditoria das Obras da Copa do Mundo de 2014. O relatório da Comissão de Auditoria, votado no Pleno do TCE no dia 12 de abril de 2012, apresentou recomendações e determinações aos signatários do contrato.

### ***Brasil é primeiro mundo nas áreas de controle e Auditoria Pública***

---

Os órgãos de controle externo do Brasil, entre os quais o TCE/PR, alcançaram o primeiro mundo em matéria de controle e auditoria pública. A afirmação é do espanhol Ángel Gonzáles-Malaxetxeberria, professor e um dos maiores especialistas mundiais na área. “O Paraná e a Bahia são modelos não só de qualidade técnica, mas de ambiente favorável ao bom desenvolvimento da fiscalização dos recursos públicos”, completou. A palestra de Malaxetxeberria foi um dos destaques do primeiro dia do seminário internacional “65 anos – História e Tendência da Auditoria nos Órgãos de Fiscalização na América Latina”, no auditório do TCE, em Curitiba. O encontro

marcou o início do calendário de atividades alusivas aos 65 anos do TCE/PR, cuja criação oficial aconteceu no dia 2 de junho de 1947.

### ***Auditoria no lixo do Paraná é divulgada em eventos na Secretaria da Saúde do Estado do Paraná e MPT***

---

A Auditoria Operacional do TCE/PR, que identificou falta de licenciamento ambiental e precarização no despejo do lixo paranaense, foi apresentada a outros órgãos da administração pública. O evento foi promovido em Curitiba pela procuradoria regional do Ministério Público do Trabalho (MPT), a qual se focou na valorização da atividade das cooperativas de catadores de recicláveis.

### ***Tribunal inicia parcerias em tecnologia da informação com TCU e UTFPR***

---

O órgão de controle externo paranaense fechou duas novas parcerias em prol da manutenção da sua posição de vanguarda tecnológica na fiscalização das contas públicas, com Tribunal de Contas da União (TCU) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). As parcerias foram articuladas pela Gerência de Relações Interinstitucionais, ligada à Coordenadoria Geral do Tribunal. Os acordos preveem solução gratuita para gerenciamento de dados e incentivo financeiro à pesquisa interdisciplinar em TI voltada para as áreas de engenharia de software e sistema de informação.

### ***TCE forma comissão para fiscalizar obras do metrô em Curitiba***

---

Foi constituído o grupo de trabalho do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que fiscalizará as obras do sistema de metrô em Curitiba. A Portaria nº. 402/12, publicada em 15 de junho, na edição nº. 423 do Diário Eletrônico do TCE, designou 12 servidores para o acompanhamento do processo de contratação e execução do Projeto Linha Azul. Este trecho compreende o eixo norte-sul do metrô, interligando os bairros Santa Cândida e Cidade Industrial de Curitiba (CIC). De acordo com informações preliminares, o orçamento da Linha

Azul será de aproximadamente R\$ 2,33 bilhões. A Comissão ficou incumbida de avaliar os investimentos que o governo estadual (R\$ 300 milhões) e a Prefeitura de Curitiba (R\$ 450 milhões) preveem aportar à obra. Estima-se, ainda, para esse trecho, um repasse de R\$ 1 bilhão pelo governo federal e outros R\$ 580 milhões oriundos da iniciativa privada.

### ***Aprovados em Concurso Público tomam posse no TCE/PR***

---

No dia 2 de abril de 2012, o TCE/PR empossou 28 novos servidores, aprovados no último concurso público, realizado em dezembro de 2011. São analistas de controle, de seis áreas de nível superior: contábil, jurídica, administrativa, econômica, de informática e de Engenharia Civil.

### **3. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

O Tribunal de Contas do Estado - TCE/PR, criado em 02 de junho de 1947, é o órgão constitucional de controle externo do Estado, de seus municípios e das respectivas entidades públicas, com jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

Durante o segundo trimestre de 2012, esteve composto por sete Conselheiros, cinco auditores e dez membros do Ministério Público de Contas; contando com um quadro de cerca de 500 servidores efetivos.

Com foco no controle da utilização da coisa pública, atua pautado pelos princípios da ética e da justiça, buscando não apenas a vigilância na atuação dos jurisdicionados, mas a orientação na aplicação eficiente, eficaz e econômica de todos os recursos públicos.

#### **3.1. Jurisdição**

Desde a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 1989, a regulamentação do Tribunal de Contas encontra assento nos artigos 74 a 78 da referida Carta Magna, e tem sua organização, competência, jurisdição e forma

de atuação reguladas pela Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005.

De acordo com a diretriz constitucional, a competência do Tribunal abrange a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos públicos, tanto diretamente pelos entes políticos (Estado do Paraná e seus 399 Municípios), e pelos respectivos órgãos e empresas, como daqueles repassados a entidades privadas através das diversas modalidades de transferências previstas em lei.

Desta feita, são jurisdicionados do Tribunal de Contas todas as entidades públicas, pessoas jurídicas e físicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Poder Público responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Através de sua atuação, o TCE/PR, tanto objetiva orientar seus jurisdicionados acerca da legalidade, legitimidade e economicidade, na busca do melhor desempenho e transparência na utilização de dinheiro, bens e valores públicos, quanto busca coibir e punir aquelas atuações que desrespeitem essas diretrizes.

A atividade por excelência do Tribunal é o exercício do controle técnico da legalidade dos atos da administração pública, em especial do ponto de vista contábil e financeiro, com vistas a identificar a regularidade e a probidade no emprego de dinheiro, bens e valores e dinheiros públicos.

Sendo assim, o TCE/PR assume um papel fundamental, pois está presente para atender o anseio da sociedade de que as receitas públicas (como as receitas tributárias, multas, transferências, operações de crédito e outras receitas) sejam bem aplicadas e retornem em forma de políticas e serviços públicos de qualidade, contribuindo para o melhor desempenho e transparência da administração pública.

### 3.2. Competências

As competências do Tribunal de Contas estão elencadas na Constituição Estadual (artigos 74 a 78 ) e Lei Complementar nº: 113/2005.

### 3.3. Atos Normativos

Os atos normativos elaborados pelo Tribunal consistem em: Resoluções, Instruções normativas, Instruções de serviço e Portarias.

#### 3.3.1. Resoluções

No segundo trimestre foram elaboradas as Resoluções que seguem abaixo:

<b>Resolução Nº 31/2012</b>	Dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e altera dispositivos do Regimento Interno deste Tribunal.
<b>Resolução Nº 32/2012</b>	Dispõe sobre a implantação do auxílio-alimentação aos membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tabela 1 - Fonte: Intranet - TCE/PR

#### 3.3.2. As Instruções Normativas

As instruções normativas são atos do Presidente destinados à execução das resoluções do Tribunal, vinculando os jurisdicionados, membros e demais servidores do Tribunal.

No segundo trimestre foram elaboradas as Instruções Normativas que seguem abaixo:

<b>Instrução Normativa Nº 69/2012</b>	Dispõe sobre envio e acesso a informações e documentos necessários a apreciação e registro, pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de atos de concessão de aposentadoria, pensão, revisão de pensão e revisão de proventos.
<b>Instrução Normativa Nº 70/2012</b>	Altera a Instrução Normativa nº 58, de 09 de junho de 2011, que dispõe sobre as remessas bimestrais de informações ao Sistema de Informações Municipais, Acompanhamento Mensal, e dá outras providências. .

Tabela 2 - Fonte: Intranet - TCE/PR

#### 4. Atividades de Controle Externo e Social

O controle externo é a atividade por excelência dos Tribunais de Contas, exercendo um controle político de legalidade contábil e financeira destinado a comprovar os atos de probidade da administração, a regularidade dos gastos públicos e do emprego de bens, valores e dinheiros públicos e a fiel execução do orçamento.

Além do controle externo, os Tribunais de Contas vem participando ativamente da disseminação do controle social o qual se traduz na participação efetiva na sociedade na gestão pública, onde os cidadãos podem auxiliar na tomada de decisão administrativa, orientando a Administração na adoção de medidas que realmente atendam ao interesse público. O PAF Social (projeto que será descrito no capítulo referente a Programas) é uma das ações que o TCE/PR executa e que vem ao encontro dessa tendência.

A seguir, estão elencadas as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Contas no âmbito do Controle Externo e Social.

##### 4.1. Processos Distribuídos

Abaixo se encontra uma tabela com as quantidades de processos distribuídos aos relatores conforme o assunto, referentes ao segundo trimestre de 2012.

<b>ASSUNTOS</b>	<b>TOTAL</b>
Aditivo de contrato	12
Aditivo de convênio e congêneres	1
Admissão de pessoal	1290
Alerta	14
Alienação de materiais permanentes	1
Aposentadoria	1818
Aposentadoria de togado	1
Atos de contratação	17
Auditoria	2
Baixa de pendência	40
Certidão liberatória	63



Comprovação de adiantamento	7
Comprovação de auxílio	4
Comprovação de subvenção social	1
Comunicação de irregularidades	1
Consulta	31
Convênio e congêneres	7
Cópia de autos de processo judicial	2
Correição ordinária	5
Denúncia	61
Embargos de declaração	9
Execução orçamentária financeira	10
Impugnação	5
Pedido de acesso à informação	13
Pedido de rescisão	25
Pensão	421
Prejulgado	1
Prestação de contas anual	614
Prestação de contas de transferência	2476
Prestação de contas do governador do estado	1
Prestação de contas do prefeito municipal	223
Prestação de contas estadual	6
Prestação de contas municipal	60
Processo de membro do tribunal	16
Processo de servidores	22
Projeto de instrução normativa	2
Projeto de resolução	7
Recurso administrativo	1
Recurso de agravo	3
Recurso de revisão	12
Recurso de revista	130
Reforma	3
Relatório de auditoria	17
Relatório de inspeção	41

Representação	42
Representação da lei nº 8666/93	64
Reserva	3
Revisão de pensão	4
Revisão de proventos	112
Tomada de contas	12
Tomada de contas especial	1
Tomada de contas extraordinária	40
Tomada de contas ordinária	10
Uniformização de jurisprudência	1
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7785</b>

Tabela 3 - Fonte: Dados obtidos junto ao sistema de trâmite - TCE/PR

Como pode ser observado, a quantidade total de assuntos distribuídos durante o segundo trimestre de 2012 foi de 7.785, sendo a média mensal de 2.595 processos distribuídos. Conforme demonstrado através da representação gráfica abaixo, os principais assuntos dos processos distribuídos são os seguintes: Prestação de Contas de Transferências, Aposentadorias, Admissão de Pessoal, Prestação de Contas Anual, Pensão, Prestação de Contas do Prefeito Municipal, Recurso de Revista e Revisão de Proventos.

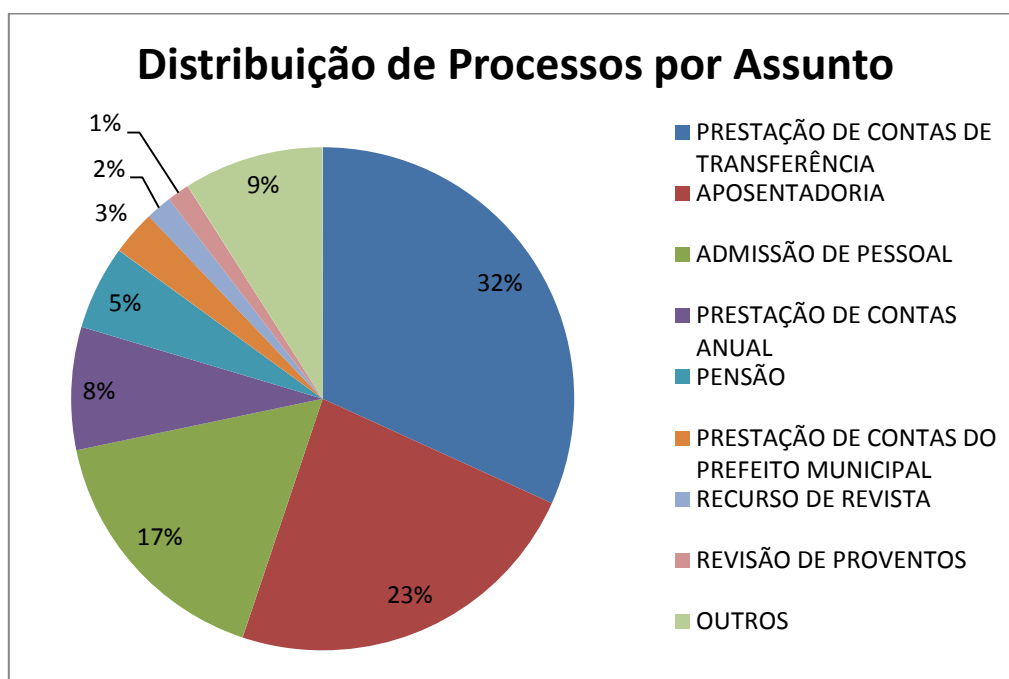


Gráfico 2: Fonte: Dados obtidos junto ao sistema de trâmite do TCE/PR

A partir do gráfico anterior, verifica-se que mais de 70% de todos os processos distribuídos no TCE/PR, no segundo trimestre de 2012, estão concentrados em três assuntos: Prestação de Contas de Transferência, Aposentadoria e Admissão de Pessoal, representando 32%, 23% e 17% de todos os processos distribuídos, respectivamente.

#### 4.2. Processos Apreciados e Decisões Proferidas

Os processos apreciados, que representaram a produção processual do Tribunal (Processos com Decisões Definitivas Monocráticas, Acórdãos ou Acórdão de Parecer Prévio) estão representados abaixo pelos seus assuntos.

ASSUNTOS	TOTAL
Aditivo de contrato	7
Aditivo de convênio e congêneres	2
Admissão de pessoal	84
Alerta	13
Alienação de materiais permanentes	2
Aposentadoria	1792
Aposentadoria de togado	1
Atos de contratação	11
Baixa de pendência	1
Certidão liberatória	29
Consulta	7
Convênio e congêneres	7
Correição ordinária	7
Denúncia	6
Embargos de declaração	9
Homologação de ICMS	1
Impugnação	1
Impugnação de despesas	1
Pedido de rescisão	12
Pensão	146
Prestação de contas anual	153
Prestação de contas de transferência	491
Prestação de contas do prefeito municipal	97
Prestação de contas estadual	5
Prestação de contas municipal	62
Processo de membro do tribunal	13
Processo de servidores	10
Processo de enunciado de súmula	1

Projeto de instrução normativa	2
Projeto de resolução	2
Recurso de agravo	4
Recurso de revisão	5
Recurso de revista	27
Relatório de auditoria	5
Relatório de inspeção	9
Representação	7
Representação da lei nº 8666/93	5
Revisão de proventos	10
Tomada de contas extraordinária	11
Tomada de contas ordinária	4
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3062</b>

Tabela 4 - Fonte: Dados obtidos junto ao sistema de trâmite - TCE/PR

Conforme tabela acima, a quantidade total de processos apreciados e decisões proferidas durante o segundo trimestre de 2012 foi de 3.062, perfazendo uma média mensal de 1.020, sendo que houve concentração dos seguintes temas: Aposentadoria, Prestação de Contas de Transferências, Prestação de Contas Anual e Pensão.

O gráfico abaixo apresenta em percentual os assuntos mais representativos:

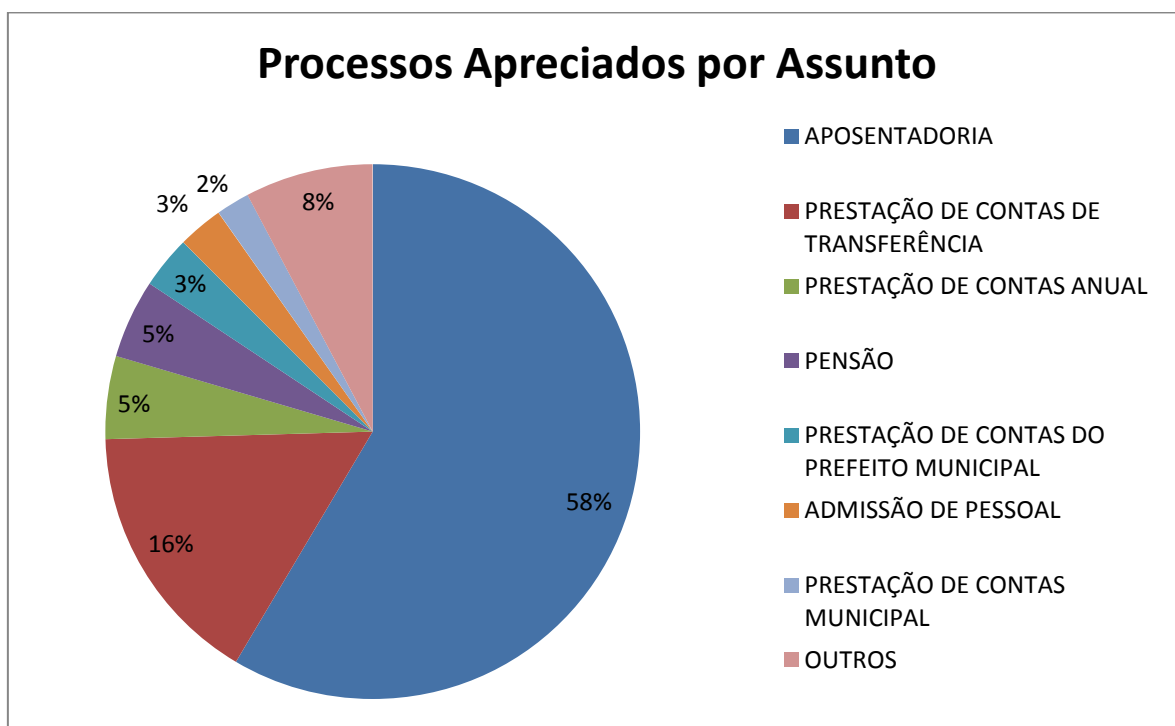


Gráfico 3: Fonte: Dados obtidos junto ao sistema de trâmite do TCE/PR

Constata-se que 74% de todos os processos apreciados no TCE/PR, no segundo trimestre de 2012, estão concentrados em dois assuntos: Aposentadoria e Prestação de Contas de Transferência, representando 58% e 16% da composição da distribuição de processos julgados, respectivamente.

### 4.3. Sanções e Execuções

#### 4.3.1. Acompanhamento das Execuções

O acompanhamento dos processos de execução pela Diretoria de Execuções do TCE/PR pode ser demonstrado através do gráfico seguinte:



Gráfico 4: Fonte: Diretoria de Execuções -TCE/PR

Constata-se que no mês de junho de 2012, existiam 5.190 processos de execução, sendo que 2.831 estavam em andamento, 1.924 já estavam concluídos e apenas 435 (8,38% do total) estavam com a execução atrasada ou omissa.

O Tribunal de Contas do Paraná, desde o ano de 2006 até o final do mês de junho de 2012, aplicou sanções que, acumuladamente, totalizam mais de 342 milhões de reais. Vide a evolução dos valores nesse período através do gráfico a seguir:

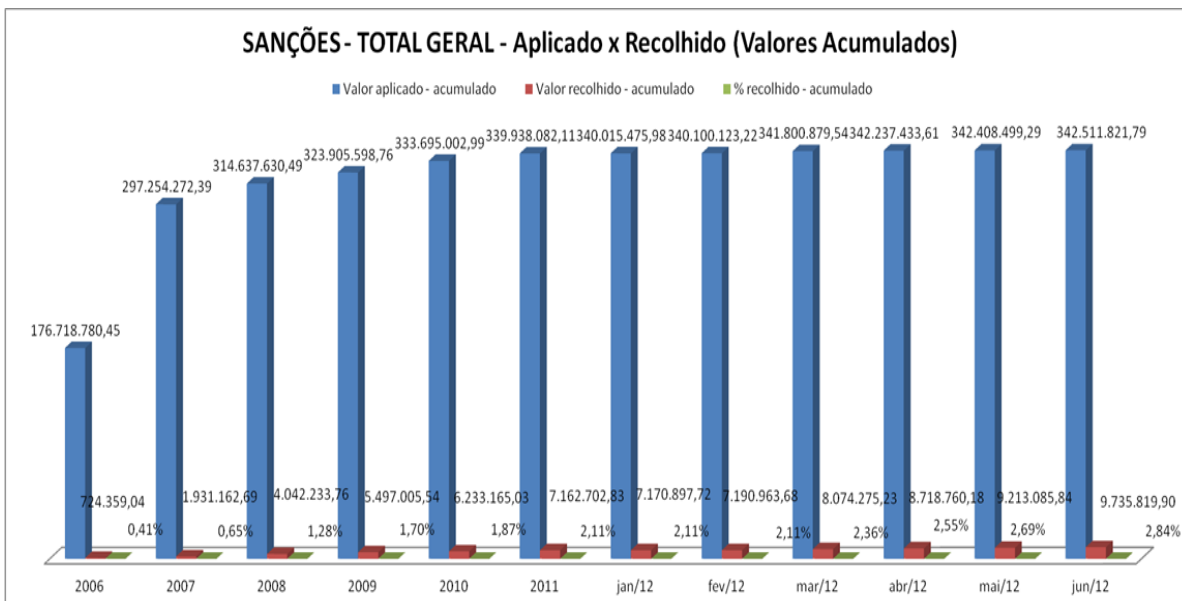


Gráfico 5: Fonte: Diretoria de Execuções -TCE/PR

O percentual baixo de efetivo recolhimento dos valores imputados pelo Tribunal não pode ser confundido com falta de controle nas execuções. Uma vez que o Tribunal não dispõe de competência legal para bloquear o patrimônio dos executados, fazendo cumprir seus julgamentos, muitas vezes depende de demorados processos judiciais para tanto. Nesta senda, cumpre destacar que existe um controle dos processos judiciais, sendo que hoje se dispõe de informações atualizadas de mais de 90% dessas demandas, possibilitando-se verificar se os órgãos credores estão efetivamente adotando as medidas cabíveis para reaver os valores que o TCE/PR declarou que teriam direito. Além disso, a análise do gráfico simplesmente por valores gera uma distorção da questão, tendo em vista que algumas poucas decisões correspondem a mais da metade dos valores cuja devolução foi imputada por esta Corte de Contas.

#### 4.3.2. Lista de Agentes Públicos com Contas Irregulares

Considerando que neste ano de 2012 haverá o pleito municipal, o papel do TCE/PR se faz importante na medida em que a ele compete, para fins de inelegibilidade prevista na Lei Complementar nº 64/1990 (com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 135/2010 – Lei da Ficha Limpa), apresentar à Justiça Eleitoral, até 30 dias antes do prazo final para registro das candidaturas (05 de junho), a relação dos responsáveis que tiveram suas

contas julgadas irregulares nos oito anos imediatamente anteriores à realização de cada eleição.

O Tribunal não declara a inelegibilidade de responsáveis por contas julgadas irregulares. Essa competência é da Justiça Eleitoral. Ao Tribunal cabe apresentar a relação das pessoas físicas que se enquadram nos requisitos legais.

A lista dos agentes com contas irregulares (45 páginas) foi disponibilizada na página do TCE/PR dentro do link “Acesso à Informação”.

#### 4.3.3. Determinações

Durante o segundo trimestre de 2012, foram emanadas 72 determinações distribuídas nos períodos abaixo, perfazendo uma média mensal de 24 determinações.

Determinações	2º TRIMESTRE - 2012			
	abr/12	mai/12	jun/12	TOTAL 2º TRIM.
Alimentação Sistema- SIM-AP				0
Abertura de Tomada de Contas Especiais				0
Adequação da Legislação Municipal				0
Atualização cadastral junto ao TCE/PR				0
Apresentação de documentos faltantes	2	1		3
Apresentação de esclarecimentos e justificativas		1	2	3
Comprovação de quitação de débitos		1		1
Contas do Governador – Adiantamentos				0
Contas do Governador – Precatórios				0
Controle Interno - Comprovação de legalidade da nomeação			2	2
Correta destinação do bem público			1	1
Cumprimento de legislação expressa no Acordão	5		2	7
Desobediência à Lei 12.398/98 (PARANA PREVIDÊNCIA)				0
Lei 8666/93 - Adequação do Edital à norma legal			1	1
Realização de Concurso Público				0
Regularização de admissões			2	2
Regularização de aposentadorias				0
Representação do MP – Exoneração Comissionado		48		48
Representação do MP – Extinção de Cargo mediante Lei		1		1

Representação do MP - Readequação da Estrutura do Quadro de Cargos		1		1
Revogação de ato de admissão de pessoal				0
Revogação de ato de aposentadoria				0
Revogação de ato de concessão de pensão				0
Revogação de ato de revisão de proventos		1		1
Revogação de edital licitatório				0
Revogação de outros atos			1	1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>54</b>	<b>11</b>	<b>72</b>

Tabela 5 - Fonte: Diretoria de Execuções - TCE/PR

Os valores dos débitos imputados ou de multas cominadas pelo Tribunal deverão ter os seguintes destinos, conforme o tipo de ocorrência:

Destino	Tipo de ocorrência
<b>Tesouro Estadual</b>	Quando se tratar de recursos oriundo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público Estadual
<b>Tesouro Municipal</b>	Quando se tratar de recursos oriundos dos seus Poderes Executivo e Legislativo
<b>Conta corrente em estabelecimento bancário</b>	Quando se tratar de recursos repassados por empresas públicas e sociedades de economia mista
<b>Fundo especial de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná</b>	Quando se tratar de aplicação de multa

É importante lembrar que a decisão do Tribunal, de que resulte imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo.

Na tabela seguinte, há uma comparação entre os valores aplicados e os valores recolhidos no segundo trimestre de 2012. Consta ainda a distinção entre as determinações de multa e restituição de valores no âmbito Estadual e Municipal.

Sanções por Erário	2º TRIMESTRE - 2012			
	Erário	Quantidade	Valor Aplicado	Valor Recolhido
<b>Multa Administrativa</b>	Estadual	115	R\$ 85.595,21	R\$ 62.764,72
<b>Multa por Infração fiscal</b>	Estadual	0	-	-
<b>Multa Proporcional ao Dano</b>	Estadual	1	R\$ 580,26	-
<b>Restituição de</b>	Estadual	10	R\$ 452.560,06	R\$ 605.805,00

<b>Valores</b>				
<b>Restituição de Valores</b>	Municipal	11	R\$ 172.207,62	R\$ 993.201,86
<b>TOTAL</b>		<b>137</b>	<b>R\$ 710.943,15</b>	<b>R\$ 1.661.771,58</b>

Tabela 6 - Fonte: Diretoria de Execuções - TCE/PR

Abaixo, a representação gráfica da comparação entre valores aplicados e valores recolhidos das sanções mais representativas:

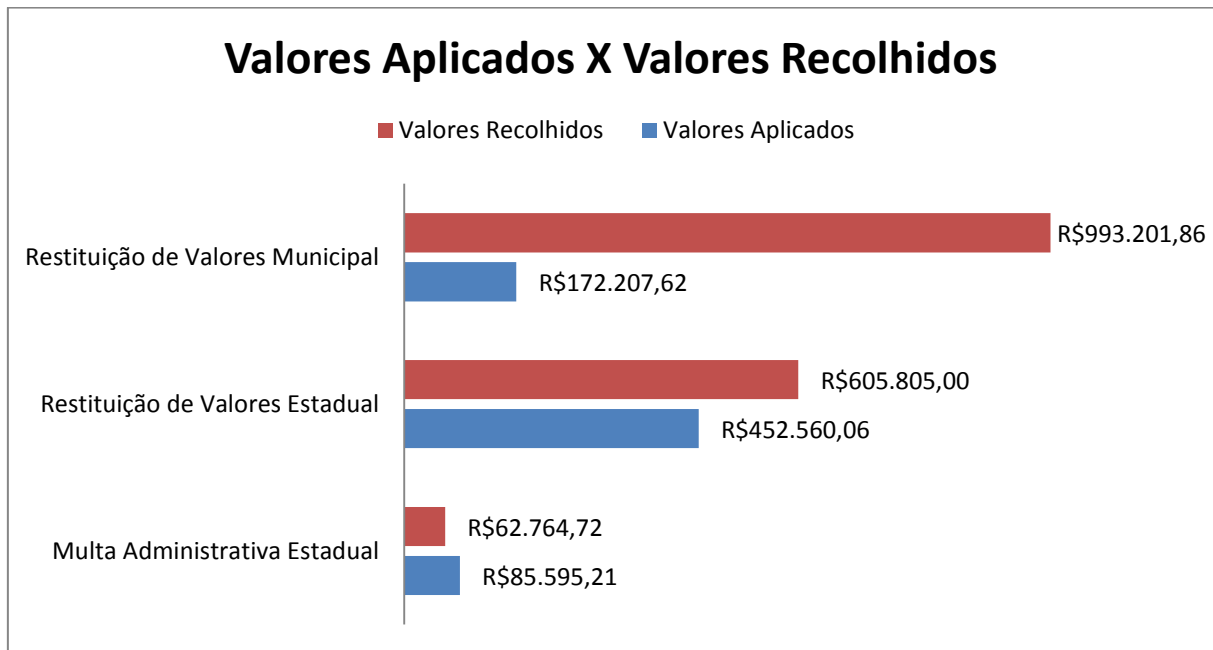


Gráfico 6 - Fonte: Diretoria de Execuções - TCE/PR

#### 4.4. Fiscalizações

No exercício de suas atribuições, o Tribunal, realizou, por iniciativa própria, fiscalizações nos órgãos e entidades sob sua jurisdição, com vistas a verificar a legalidade, a economicidade, a legitimidade, a eficiência, a eficácia, a proteção ambiental, a responsabilidade social e a efetividade de atos, contratos e fatos administrativos.

##### 4.4.1. Os procedimentos de Fiscalização

Os procedimentos de fiscalização estão compreendidos em auditoria, inspeção, levantamento e acompanhamento.

A 5ª Inspeção de Controle Interno do TCE, estabeleceu no 2º trimestre, o procedimento de inspeção no Fundo Rotativo da Polícia Civil, referente ao

exercício financeiro de 2011. O processo fiscalizatório foi instaurado, tendo em vista indícios de irregularidades noticiadas por matéria realizada pelo jornal de grande circulação no Estado: jornal Gazeta do Povo.

A fiscalização no Fundo Rotativo não integra o Plano Anual de Fiscalização do TCE, pois foi motivada a partir de denúncias da mídia no decorrer do exercício de 2012 (maio/2012). A inspeção encontrava-se na fase de execução no 2º trimestre, e realizava a análise, por amostragem, das prestações de contas dos recursos concedidos ao Fundo Rotativo das Delegacias.

#### **4.4.2. O Plano Anual de Fiscalização**

O Plano Anual de Fiscalização trata-se de um instrumento gerencial que contém as informações dos procedimentos de fiscalização que serão adotados durante o exercício pelas unidades técnicas do TCE/PR e Inspetorias de Controle Externo.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná preparou, para 2012, pelo menos 248 novos procedimentos de fiscalização. Para este ano, as seis Inspetorias de Controle Externo (ICEs) do Tribunal programaram 133 trabalhos junto a órgãos e entidades estaduais, como Secretarias, Universidades, Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista. As 115 propostas restantes referem-se às fiscalizações municipais realizadas por outras sete unidades do Tribunal.

Abaixo segue tabela ilustrativa do cumprimento do Plano Anual de Fiscalização, desenvolvida pelas unidades técnicas da área fim do TCE/PR no período.

Unidade	Responsável	Indicador		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Coordenador - CEA	Luiz Henrique	% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na CEA	Nº de Relatórios Previstos	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0
			Nº de Relatórios Realizado	0	0	0	4	0	0						
Diretor - DCM	Mário Antônio	% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na DCM	Nº de Relatórios Previstos	0	0	0	0	3	6	0	3	8	8	8	4
			Nº de Relatórios Realizado	0	0	0	1	6	2						
Diretor - DCE	Daniel Valle	% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na DCE	Nº de Relatórios Previstos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
			Nº de Relatórios Realizado	0	0	0	0	0	0						
Diretor - DAT	Elias Gandour	% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na DAT	Nº de Relatórios Previstos	0	1	1	1	1	1	1	2	2	4	3	3
			Nº de Relatórios Realizado	0	1	1	1	1	1						
Diretor - DIJUR	João Luiz	% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na DIJUR	Nº de Relatórios Previstos	0	0	2	2	2	1	3	1	1	1	1	3
			Nº de Relatórios Realizado	0	0	2	2	2	1						
Coordenador - CAD	Luciane Bortolini	% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na CAD	Nº de Relatórios Previstos	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1
			Nº de Relatórios Realizado	0	0	0	0	0	3						
Diretor - DEX	Davi Lima	% Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF) na DEX	Nº de Relatórios Previstos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
			Nº de Relatórios Realizado	0	0	0	1	0	0						
<b>Total Realizado</b>				<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Tabela 7: Fonte: INDG - TCE/PR

#### 4.4.3. Participação em Auditoria de responsabilidade da Coordenadoria de Auditorias (CAD)

O TCE/PR realizou no 2º trimestre, através da Coordenadoria de Auditorias (CAD), a análise de quatro contratos de empréstimos internacionais com prefeituras paranaenses: três de Curitiba e um de Toledo (Região Oeste).

#### I - Auditorias em Programas cofinanciados por Organismos Internacionais:

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	PROCESSO	FASE
Programa de Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável do Município de Toledo (PROCIDADES), cofinanciado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Contrato de Empréstimo nº 1961/OC-BR.	31611-0/12	Encerrado (Sessão Plenária de 05/07/12)
Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Curitiba (PROCIDADES), cofinanciado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Contrato de Empréstimo nº 2246/OC-BR.	418060/12	Julgamento (Previsto Pauta Sessão Plenária de 26/07 – Relator Cons. AML)
Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais de Curitiba, cofinanciado pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Contrato de Empréstimo nº BR 11/2006.	41130-9/12	Acompanhamento da decisão (aguarda emissão de Acórdão ref. Sessão Plenária de 19/07/12)
Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede integrada de Transportes de Curitiba, cofinanciado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Contrato de Linha de Crédito nº CBR 3005 01 K.	465514/12	Julgamento (Previsto Pauta Sessão Plenária de 26/07 – Relator Cons. AML)

Tabela 8: Fonte: CAD - TCE/PR

Com apoio da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (CEA) e da Diretoria Jurídica (DIJUR), foram elaborados 04 Relatórios de Auditoria em Programas de Governos Municipais, objetivando a emissão de opinião sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2011.

Foi realizada auditoria em 02 (duas) obras do Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável do Município de Toledo (PROCIDADES) e 03 (três) obras do mesmo programa do Município de Curitiba, executados parcialmente com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Foi realizada também auditoria na obra da Linha Verde – Trecho I, do Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte do Município de Curitiba, executado parcialmente com recursos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

E, por fim, realizada auditoria em 01 (uma) obra do Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais da Cidade de Curitiba, executado parcialmente com recursos do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA.

Os trabalhos desenvolvidos nessas auditorias foram de análise dos aspectos técnicos de Engenharia, podendo-se citar a verificação da execução da obra e a análise das quantidades planilhadas e dos preços praticados para execução da mesma.

## II - Auditorias Operacionais:

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	PROCESSO	FASE
Gestão do Aterro Sanitário de Curitiba (Caximba), encerrado em 2010.	538143/11	Emissão do Relatório
Atuação do 3º Setor na Área da Saúde.	n/h	Planejamento

Tabela 9: Fonte: CAD - TCE/PR

A realização de atividades de controle externo com o objetivo de contribuir para a melhoria da Administração Pública é um dos objetivos estratégicos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná definidos para o

período de 2008-2016. Nesse contexto, merece destaque a capacitação e o estímulo à realização de auditorias operacionais, empreendidos no âmbito do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX). Maiores informações sobre auditorias operacionais e sobre as AOPs já realizadas pelo TCE/PR podem ser encontradas no portal do TCE/PR.

A seguir, as principais auditorias operacionais e seus respectivos estágios de andamento:

#### ***Gestão do Aterro Sanitário de Curitiba (Caximba), encerrado em 2010.***

---

Originária de demanda da Presidência deste Tribunal, a investigação sobre o tema da identificação e do tratamento de danos socioambientais decorrentes do Aterro Sanitário de Curitiba (encerrado em outubro de 2010) integra a proposta de realização de Auditoria Operacional na área de Meio Ambiente, da Coordenadoria de Auditorias (CAD), constante do Plano Anual de Fiscalização do exercício de 2011, aprovado pelo Acórdão nº 483/11 do Tribunal Pleno. Instaurada através do processo TC: 538143/11, encontrando-se na fase de emissão do Relatório Preliminar para comentários dos gestores auditados.

#### ***Atuação do 3º Setor na Área da Saúde.***

---

Proposta integrante do PAF 2012, que foi aprovado pelo Acórdão 421/12, a realização de auditoria na área da Saúde Pública deverá ocorrer no segundo semestre de 2012, e conta, desde a fase inicial de planejamento dos trabalhos, com a Equipe Saúde da CAD, composta de 02 médicos e 02 odontólogas que estão desenvolvendo atividades de fiscalização afeitas à sua área de formação. Por meio de enquete realizada no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, entre os dias 02/12/2011 e 31/01/2012, 1.040 cidadãos escolheram o tema específico a ser priorizado, que foi escolhido por cerca de 24% do total (246 respondentes), como a atuação do terceiro setor na área. A

AOP (auditoria operacional) está na fase de planejamento, definindo o escopo do trabalho. A previsão de conclusão é dezembro de 2012.

#### **4.4.4. Fiscalizações realizadas na Área de Engenharia e Arquitetura**

##### **I- COMISSÃO COPA DO MUNDO DE 2014**

A comissão foi instituída, através da Portaria 401/12, de 13/06/2012 (substituindo a Portaria 247/11), com a finalidade de compor o grupo de trabalho responsável pela execução das ações visando à implementação do Protocolo de Intenções firmado entre o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e diversos órgãos e entidades públicas para articulação de apoio e ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização das obras da Copa do Mundo de Futebol de 2014, firmado em 25/08/2009.

Os trabalhos realizados no 2º trimestre de 2012 referem-se à verificação do cumprimento das determinações do Relatório nº 01, desta Corte de Contas, relativas ao convênio firmado entre o Estado do Paraná, município de Curitiba e Clube Atlético Paranaense e ao recebimento dos projetos contratados referente às obras de mobilidade urbana constantes da Matriz de Responsabilidade firmada entre o Governo Federal, Governo Estadual e Prefeitura Municipal com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Curitiba.

##### **II- COMISSÃO METRO LINHA AZUL**

A comissão foi instituída, através da Portaria 402/12, de 15/06/2012, com a finalidade de compor o grupo de trabalho responsável pelo acompanhamento do processo de contratação e execução do Projeto Linha Azul, Santa Cândida / CIC Sul, do Sistema de metrô da Capital, pela Prefeitura Municipal.

Neste 2º trimestre, houve a solicitação, por parte do TCE/PR, de documentos referentes a autorizações, estudos, descrições de obras, serviços

e investimentos, cronogramas, relação de medidas mitigadoras / compensatórias de impactos ao meio ambiente, entre outros. A análise destes documentos tem o objetivo de verificar o atendimento às leis nos 11079/04 (Licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública), 8987/95 (Regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal) e 8666/93 (Licitações e contratos da Administração Pública), seguindo, ainda, a Instrução Normativa do TCU nº 52/2007.

### **III- FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARALISADAS**

Obras Paralisadas é um projeto que faz parte do PAF 2012 da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, não possuindo número de Portaria.

O projeto consiste em verificar, em conjunto com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR), a real situação das obras públicas municipais do estado do Paraná cadastradas como paralisadas no Sistema de Informações Municipais (SIM-AM), deste Tribunal, assim como identificar o motivo da paralização.

### **IV- COMISSÃO DO PEDÁGIO**

A comissão foi instituída, através da Portaria 775/11, de 02/09/2011, com a finalidade de compor o grupo de trabalho responsável pela realização de auditoria nos contratos com empresas concessionárias de pedágio, conforme plano de trabalho contido no Relatório da comissão para o estabelecimento do escopo e planejamento da fiscalização dos contratos. No 2º trimestre, houve o recebimento da defesa dos citados, gerando a necessidade de elaboração de novo relatório, baseado na análise dos contraditórios, por parte da comissão.

### **V- COMISSÃO DOS RADARES - AUDITORIA EM CURITIBA**

A comissão foi instituída, através da Portaria 493/11, de 20/05/2011, com a finalidade de apurar irregularidades envolvendo a utilização dos radares e lombadas eletrônicas objeto de contratos celebrados entre a URBS e a

empresa CONSILUX Consultoria e Construções Elétricas Ltda. Isto se deu em razão de matéria veiculada no programa "Fantástico" da Rede Globo de Comunicação, relacionada ao Sistema de Fiscalização Eletrônica de Trânsito - utilização de radares e lombadas eletrônicas - em meados de março de 2011, envolvendo a cidade de Curitiba. No 2º trimestre de 2012, foram realizadas visitas à URBS, gerando Relatório de Inspeção, em que, resumidamente, concluiu com aplicação de penalidade à CONSILUX, constatação de existência de indícios de fragilidades dos sistemas relacionados às ações de fiscalização eletrônica do trânsito de Curitiba e, por fim, aplicação de algumas recomendações à Urbanização de Curitiba S/A.

#### **4.5. Atuação do Ministério Público junto ao TCE/PR**

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado (MPJTC), tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

#### **Atividade Processual**

O MPJTC durante o segundo trimestre de 2012 emitiu 5.858 pareceres, conforme a tabela abaixo:

<b>ASSUNTOS</b>	<b>1º Trimestre</b>
Aditivo de contrato	12
Aditivo de convênio e congêneres	1
Admissão de pessoal	151
Alerta	19
Alienação de materiais permanentes	1
Aposentadoria	3770
Aposentadoria de togado	1
Atos de contratação	15
Auditoria	2
Baixa de pendência	2
Certidão liberatória	47
Comprovação de adiantamento	1
Comprovação de auxílio	2
Consulta	3
Convênio e congêneres	10
Denúncia	12

Embargos de declaração	1
Impugnação	4
Impugnação de despesas	1
Pedido de rescisão	30
Pensão	183
Prejulgado	1
Prestação de contas anual	401
Prestação de contas de transferência	711
Prestação de contas do governador do estado	1
Prestação de contas do prefeito municipal	78
Prestação de contas estadual	13
Prestação de contas municipal	150
Processo de membro do tribunal	20
Processo de servidores	10
Projeto de resolução	3
Recurso de revisão	8
Recurso de revista	70
Reforma	2
Relatório	1
Relatório de auditoria	9
Relatório de inspeção	14
Representação	30
Representação da lei nº 8666/93	5
Representação do ouvidor	1
Requerimento externo	2
Requerimento interno	2
Requerimentos ao corregedor geral	1
Revisão de proventos	13
Tomada de contas	3
Tomada de contas extraordinária	37
Tomada de contas ordinária	4
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5858</b>

Tabela 10: Fonte: Sistema de Trâmite - TCE/PR

De acordo com o gráfico abaixo, os principais assuntos dos pareceres emitidos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas são: Aposentadoria (64%), Prestação de Contas de Transferência (12%), Prestação de Contas Anual (7%), Pensão (3%), Admissão de Pessoal (3%) e Prestação de Contas Municipal (3%).

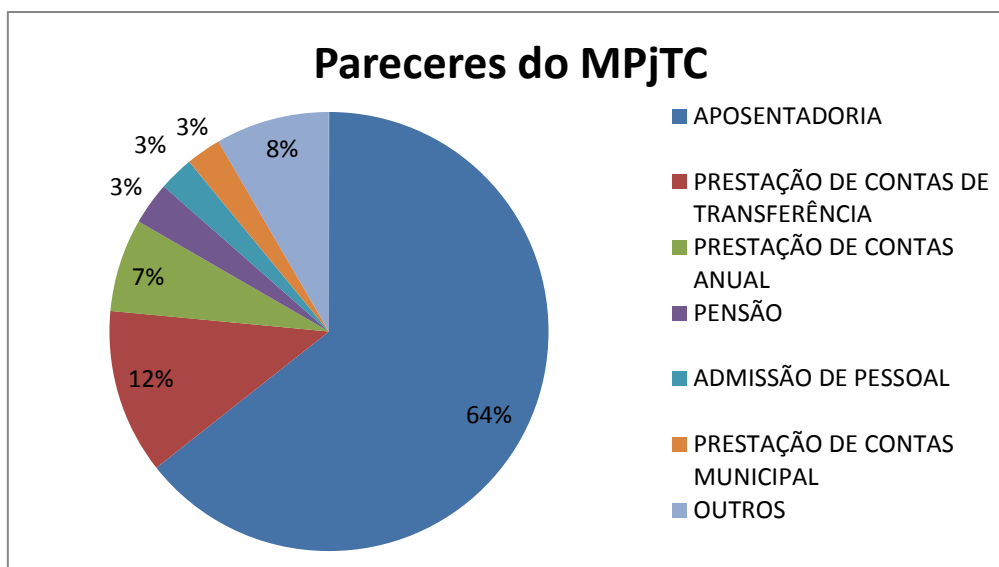


Gráfico 7 – Fonte: Sistema de Trâmite - TCE/PR

## 5. Atividades Institucionais

Este capítulo apresenta as principais iniciativas adotadas pelo TCE/PR no âmbito organizacional, com o objetivo de dotar o controle externo do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais.

### 5.1. Planejamento e Gestão

De maneira cada vez mais constante, O TCE/PR vem dando ênfase à função do planejamento como forma de atingir resultados. Visando a alcançar as diretrizes da gestão: o aumento da produtividade; cumprimento do Plano Anual de Fiscalização, com foco no controle social; e melhoria da imagem do Tribunal perante a sociedade, foi dada continuidade ao trabalho da consultoria Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), para a implantação do sistema Gerenciamento pelas Diretrizes –GPD, que é um sistema de planejamento e gestão que determina os objetivos da organização por meio do planejamento estratégico e permite o seu desdobramento em todos os níveis hierárquicos, sem se desviar dos rumos definidos no plano.

Após a definição das diretrizes da Presidência, foi iniciado, em 2012, o trabalho de desdobramento de metas das unidades. Após o estabelecimento de indicadores (itens de controle e itens de verificação), foram elaborados planos de ação para o alcance das metas desdobradas. Paralelamente, foi definido o funcionamento de toda a Sistemática de Acompanhamento de

Resultados (modelos de Painéis de Indicadores; Gráficos de Gestão à Vista; Relatório de Tratamento de Desvios; Fluxo, Escopo e Calendário das Reuniões de Acompanhamento Mensal).

Conforme cronograma do projeto, foi iniciada em abril a fase de acompanhamento, que se traduz na implantação de uma sistemática de monitoramento e controle dos resultados. Os principais pontos desta rotina de acompanhamento mensal foram:

- Atualização dos Planos de Ação;
- Atualização dos Indicadores;
- Divulgação do resultado através da **Gestão à Vista**;
- Reuniões entre os níveis hierárquicos para exposição e análise do resultado dos indicadores;
- Tratamento dos Desvios.

Os consultores vão monitorar mensalmente os resultados dos indicadores e a execução dos planos de ação por meio de ferramentas gerenciais, auxiliando os gestores no tratamento de eventuais desvios para que, até dezembro de 2012, todas as metas sejam atingidas.

#### **5.1.1. Gestão à Vista**

A Gestão à Vista é uma ferramenta eficaz de comunicação organizacional, baseada na publicação das informações de maneira clara, simples e de fácil assimilação. Para tanto, são utilizados gráficos e tabelas. A principal finalidade é obter o envolvimento e a participação dos servidores na busca da melhoria contínua, além de compartilhar e tornar mais ágil a divulgação das informações dentro do TCE/PR.

No segundo trimestre de 2012, a Gestão à Vista foi implementada nas unidades do TCE/PR e na intranet com intuito de que cada servidor soubesse das metas e resultados do respectivo setor. O importante é haver o alinhamento de cada equipe do Tribunal trabalhando com foco nos resultados desenhados no Planejamento Estratégico.

## 5.2. Gestão de Pessoas

### 5.2.1. Quadro de Pessoal do TCE/PR no segundo trimestre de 2012

Nº de servidores estatutários ativos:

Cargos	Total
Nível Superior	435
Nível Médio	125
Nível Fundamental	6
Cargos em Comissão	92
	<b>658</b>

Tabela 11 - Fonte: Diretoria Gestão Pessoas- TCE/PR

\*No segundo trimestre houve 8 exonerações de cargos comissionados, ocorridas pela aposentadoria do Conselheiro Heinz; 1 aposentadoria e 4 exonerações de nível médio.

### 5.2.2. Desenvolvimento profissional e capacitação dos servidores (evento interno) do TCE/PR no segundo trimestre de 2012

EVENTO	Nº SERVIDORES	C H	PERÍODO
TRAMITE E PADRONIZAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS E NORMATIVOS - Turma 01/Tarde	29	3	09 de maio
ATUALIZAÇÕES DO CHANNEL – MÓDULO GESTÃO DE PROJETOS - TURMA 1	11	8	10 de maio
TRAMITE E PADRONIZAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS E NORMATIVOS - Turma 02/Manhã	67	3	11 de maio
COMO REDIGIR EMENTAS JURÍDICAS	25	16	17 e 18 de maio
DIA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA MANHÃ	125	4	23 de maio
DIA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA TARDE	111	4	23 de maio
ADMINISTRADORES DO GERENCIADOR DE CONTEÚDO DO NOVO PORTAL – TCE/PR	10	12	19 e 20 de junho
ALIMENTADORES DO GERENCIADOR DE CONTEÚDO DO NOVO PORTAL – TCE/PR PARA SERVIDORES DO TCE/PR	18	8	21 de junho
<b>TOTAL</b>	<b>396</b>	<b>11</b>	

Tabela 12 - Fonte: Escola de Gestão Pública- TCE/PR

### 5.2.3. Desenvolvimento profissional e capacitação dos servidores

(eventos externos - terceiros) do TCE/PR no segundo trimestre de 2012

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - TERCEIROS - 2012				
Evento	CH	Período	Local	Promoção
<b>ABRIL</b>				
Conferência Data Center - Operações e Gestão da Infraestrutura da TI	16	03 e 04	São Paulo/SP	Gaertner
VI Seminário de Perícias de Engenharia da Polícia Federal	16	09 a 11	Brasília/DF	APCF - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais
4º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional da ABDC	23	16 a 18	Brasília/DF	Fórum Cultural Eventos
Contabilidade Internacional E Sua Repercussão Na Área Fiscal, Com Ênfase Nas Grandes Questões Contábeis/Fiscais	8	18	Curitiba/PR	CENTRO EUROPEU CURSOS DE TURISMO ADM HOT E IDIOMAS LTDA
Mobilização Nacional dos Ministérios Públicos de Contas: Sem Autonomia Administrativas, Não Há Independência Funcional	8	25	Brasília/DF	Conselho Federal da OAB
2º Fórum Cultural de Direito Disciplinário	16	25 a 27	Curitiba/PR	Fórum Cultural Eventos
1º Seminário de Redes Sociais Comunique-se	8	26	São Paulo/SP	Escola de comunicação do Comunique-se
Curso Conscientização de Segurança da Informação	16	26 e 27	Curitiba/PR	SUCESU-PR
<b>MAIO</b>				
Oficina de Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos (com Uso do Software Channel)	19	02 a 04	Niterói/RJ	ATRICON
Gestão de Portfolio de Projetos Estratégicos	24	08 a 10	São Paulo/SP	SYMMETICS BRASIL
I Congresso Nacional dos Tribunais de Contas e Institutos de Previdência - RPPS	18	09 a 11	Palmas/TO	TCE/TO e IGEPREV
MOC 10266 - Programming in C# with Microsoft Visual Studio 2010	40	09 a 11 e 14 a 15	Curitiba/PR	Wise Training
SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE TOLEDO	8	17	Toledo/PR	Prefeitura Municipal de Toledo
Fórum Nacional de Gestão Estatégica de Pessoas em Organizações Públicas - Desafio da gestão de pessoas com base em competências	16	17 e 18	Curitiba/PR	JML Consultoria e Eventos
I Congresso Brasileiro sobre Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	32	22 a 25	Curitiba/PR	Instituto IDEHA
IX Encontro Nacional de Escolas de Governo	16	24 e 25	Brasília/DF	Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
I Encontro Nacional de Auditorias de TI - ENAUTI	16	24 e 25	Fortaleza/CE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará
X Simpósio Nacional de Direito Constitucional	36	24 a 26	Curitiba/PR	Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst)
Ferramentas da Qualidade	8	28	Curitiba/PR	Gestão Inteligente

Curso de Capacitação e Formação de Pregoeiro - Sistema Registrado de Preços - LC 123/06 - Termo de Referência	16	28 e 29	Curitiba/PR	Negócios Públicos Treinamentos
Vínculo entre a Estratégia e os Processos	16	30 e 31	São Paulo/SP	Tantum Group Consultoria Empresarial
<b>JUNHO</b>				
Os Tribunais de Contas e a Lei de Acesso à Informação	8	31/05 e 01/06	Palmas/TO	PROMOEX
VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO MERCOSUL	40	07 a 09	Foz do Iguaçu/PR	Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar
SEMANA DO MEIO AMBIENTE	12	04 a 06	Florianópolis/SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
46º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM	22	13 a 15	Foz do Iguaçu/PR	Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM
CÚPULA DOS POVOS NA RIO+20 POR JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL	64	15 a 23	Rio de Janeiro/RJ	Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 (CFSC)
CÚPULA DOS POVOS NA RIO+20 POR JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL	64	15 a 23	Rio de Janeiro/RJ	Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 (CFSC)
ENAOP - 2012 (Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas)	20	20 a 22	Palmas/TO	IBRAOP – Instituto Brasileiro de Obras Públicas
GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANOS DE CARREIRA	20	22 de maio a 11 de junho	E.a.D.	ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

Tabela 13 - Fonte: Escola de Gestão Pública- TCE/PR

### 5.3. Tecnologia da Informação

A fim de modernizar suas atividades de controle externo, o TCE/PR vem intensificando o uso da tecnologia da informação, como forma de estabelecer um sistema de informações integrado, tempestivo e confiável.

As ações que mais se destacaram no segundo trimestre de 2012, foram:

#### Área de Desenvolvimento

- Elaboração do edital, para a contratação de empresa especializada em desenvolvimento de sistemas, na modalidade de *Body Shopping*. Esta contratação se faz necessária mediante o fracasso da licitação para contratação da Fábrica de Software. Ela visa o desenvolvimento dos novos sistemas: Sistema de Informações Municipais, Obras Públicas, Previdenciário, Cadastro de Jurisdicionados e Atoteca.
- Implantação da folha de pagamento do Tribunal, através do novo sistema de Gestão de Capital Humano – Meta 4.
- Finalização do desenvolvimento do sistema de Comunicação de Ato, que visa à implantação da comunicação eletrônica com os jurisdicionados, cujo objetivo é a eliminação da necessidade de envio de comunicações (citações/intimações, por exemplo) via correio.

- Aquisição da ferramenta ACL (software específico de auditoria, análise e pesquisa de dados, reconhecido internacionalmente como a mais avançada tecnologia para consultas, análise de dados, detecção de fraudes, monitoramento contínuo e geração de relatórios para profissionais de finanças e auditoria), realização de treinamentos e consultoria para a implementação de projetos pilotos de auditoria e fiscalização contínua.
- Obtenção, junto ao TCU, da ferramenta de auditoria FISCALIS - visitas técnicas ao TCU, levantamento de requisitos, instalação e disponibilização da ferramenta para usuários.
- Desenvolvimento da funcionalidade que automatiza o peticionamento das prestações de contas de transferências (Peticionamento Eletrônico), a partir do sistema SIT – Sistema Integrado de Transferências.
- Customização do Sistema Analisador das Prestações de Contas Anuais para utilização na análise das informações captadas pelo SIT.
- Construção do projeto para o novo Sistema de Cadastro de jurisdicionados do Tribunal – SICAD.
- Construção do projeto para o novo Sistema de Informações Municipais – SIM-AM.
- Construção do projeto para o novo sistema de Atos de Pessoal – SIAP.

### **Área de Infraestrutura e Segurança da Informação**

- Atualmente, a DTI possui em seu portfólio 44 projetos em andamento, abrangendo as áreas de Infraestrutura, Desenvolvimento de Sistemas, Segurança da Informação, Help Desk e Gestão de TI.
- Realizados 2.873 atendimentos de solicitações de serviços.
- Realizados 1.282 atendimentos de demandas do Canal de Comunicação.

### **6. Portfólio de Programas e Projetos Institucionais do TCE/PR**

A gestão do Portfólio de Programas e Projetos Institucionais do TCE/PR é de responsabilidade da Coordenadoria Geral (CG), com a assessoria da

Coordenadoria de Planejamento (COPLAN), tendo as atribuições definidas na Estrutura de Governança da Gestão de Portfólio do TCE/PR. Para um efetivo gerenciamento do Portfólio foi essencial a padronização do processo de gestão, para assegurar o alinhamento estratégico aos objetivos estabelecidos pela direção deste Tribunal, bem como o cumprimento da padronização definida. Para isto, o TCE/PR O Tribunal de Contas adotou o gerenciamento de projetos baseado nas diretrizes e normas do PMI (*Project Management Institute*), elencadas no PMBOK (*Project Management Book of Knowledge*), com o intuito de gerenciar o andamento dos projetos da Casa, a fim de que as metas pré-definidas fossem atingidas. Concomitantemente a essa adoção, foi adquirido, em parceria com o IRB (Instituto Rui Barbosa), o software *Channel* de gerenciamento de projetos.

A seguir, consta um quadro resumido de todos os programas e projetos que são desenvolvidos na Casa, assim como o respectivo detalhamento.

## PORTFÓLIO DE PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS DO TCE/PR

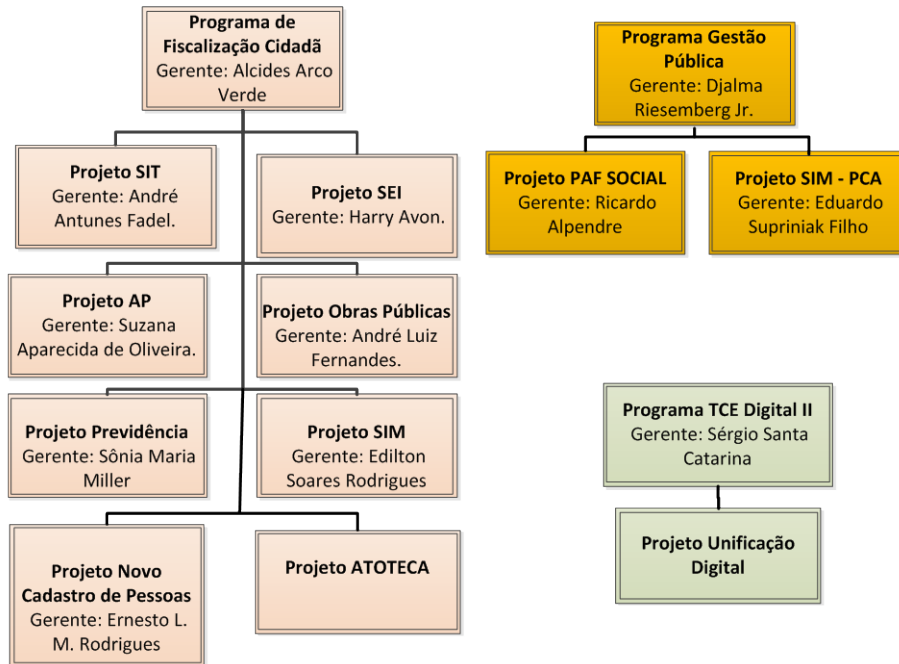


Figura 1 – Portfólio de Programas e Projetos Institucionais do TCE/PR - 2º trimestre de 2012

**Demonstrativo da etapa na qual se encontra cada projeto.**

			FASE					
			NÃO INICIADO	LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS	INICIAÇÃO	PLANEJAMENTO	EXECUÇÃO	ENCERRADO
Portfólio Institucional	Programa Fiscalização Cidadã	Projeto SIT						
		Projeto AP						
		Projeto SIM						
		Projeto Previdência						
		Projeto Obras Públicas						
		Projeto ATOTECA						
		Projeto Novo Cadastro de Pessoas						
	Projeto SEI							
	Programa Gestão Pública	Projeto PAF Social						
		Projeto SIM PCA						
Programa TCE Digital II	Projeto Unificação Digital							
Portfólio Operacional	Projeto Gestão por Competências							
	Projeto Qualidade de Vida							
	Projeto Diálogo							
	Projeto Gestão do Clima Organizacional							
	Projeto Mapeamento de Processos							
	Projeto LO e RI Anotados							
	Projeto Contabilidade de Custos							
Projeto Planejamento Estratégico do MPJTC								

Tabela 14 - Fonte: Coordenadoria de Planejamento e Gestão - TCE/PR

OBS: No Projeto PAF Social estão sendo executadas atividades nas diversas fases assinaladas

**6.1. Programa Gestão Pública**

O Programa Gestão Pública foi instituído pela Portaria 428/11 com a finalidade de promover a divulgação dos dados da gestão municipal à sociedade, constituir uma rede social de controle e propiciar subsídios para a tomada de decisão das ações de controle externo. O referido programa é composto pelos seguintes projetos: PAF Social e SIM PCA.

***Projeto PAF Social***

**O Projeto**

O Projeto PAF Social foi criado pela Portaria nº 550/11 com a ideia de que a fiscalização do uso do dinheiro público também é direito/dever do cidadão. Dessa forma, o objetivo do Projeto é de formar ampla rede de controle, por meio da cooperação técnica-institucional de diferentes entes representativos da sociedade (Universidades, Órgãos de Classe, Conselhos Municipais e Estaduais, entre outros), a fim de que participem do controle da

Gestão Pública. Além disso, outra meta do projeto é realizar um mapeamento regional das áreas e/ou políticas públicas que, na percepção da sociedade, exigem maior controle e, portanto, maior atuação do Tribunal de Contas.



Figura 2 - Fonte: Termo de Referência do PAF Social - *Stakeholders*

O projeto pretende tornar o TCE/PR em um catalisador de iniciativas voltadas à gestão pública e proporcionar à sociedade uma participação ativa, promovendo um conceito de Auditoria Social de forma a alcançar uma priorização dos projetos relevantes à sociedade, reduzir desvios da gestão, entre outros resultados esperados.

O PAF Social objetiva criar oportunidades para que os cidadãos, as comunidades ou os beneficiários da ação pública assumam um papel de participação ativa.

O incremento da participação popular e a redução da distância entre o Estado e o cidadão vislumbra o desenvolvimento de uma ação autônoma e democrática, que se aproxima dos conceitos de “auditoria social”.

## Fases do Projeto

Por ser um projeto denso e composto por grandes ações, este foi desmembrado em três fases:



Figura 3 - Fonte: Termo de Referência do PAF Social - Fases do Projeto PAF Social

A princípio foi realizado o Termo de Referência do PAF Social I. Os demais serão realizados conforme o andamento do Projeto.

#### **Atividades Realizadas**

O projeto realizou termos de cooperação com alunos e professores de Universidades Estaduais com o intuito de trabalhar com duas frentes: a pesquisa e a extensão. A primeira refere-se à coleta de dados e formação de indicadores na área de Gestão Pública Municipal e a segunda refere-se a auditorias operacionais. A partir disso, foram feitas capacitações à distância para que os envolvidos conhecessem os detalhes do trabalho a ser realizado. As auditorias operacionais encontram-se em andamento, para posterior elaboração de relatório com os resultados. Por outro lado, as propostas de pesquisa acadêmica apresentadas pelas Universidades Estaduais foram submetidas à avaliação e aprovação pela Coordenação Geral do Projeto, para posterior execução.

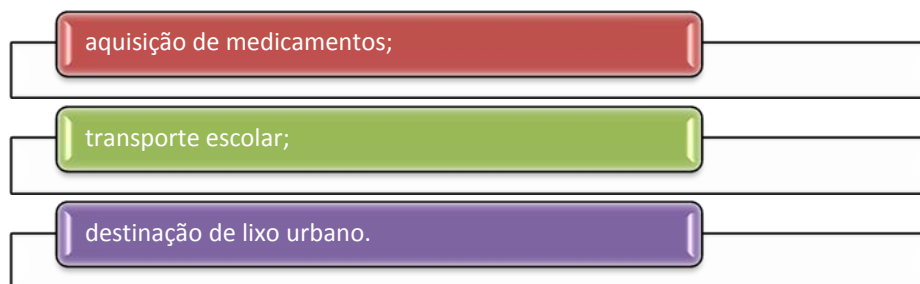
### Das Auditorias Operacionais

A seguir encontra-se o planejamento das Auditorias Operacionais a serem realizadas pelos integrantes dos Projetos, detalhando o assunto a ser fiscalizado:

Área	Tema	Escopo
Educação	Transporte Escolar	Ensino básico (fundamental e médio)
		Ensino superior (graduação e pós-graduação)
Saúde	Aquisição de Medicamentos	Aquisição e distribuição de medicamentos da rede municipal de saúde
Meio Ambiente	Resíduos Sólidos Urbanos	Avaliar a ação de fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP no Programa de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado do Paraná

Tabela 15 - Fonte: Termo de Referência do PAF Social

Os três temas apontadas pelas comunidades locais como prioritárias foram:



**Municípios Inicialmente Selecionados e os respectivos assuntos a serem fiscalizados pelas Universidades:**

ÁREA	TEMA	INSTITUIÇÃO	CAMPUS	MUNICÍPIOS CONSIDERADOS
Saúde	Aquisição de Medicamentos	UNIOESTE	M. Cândido Rondon	M. Cândido Rondon
		UEPG	Ponta Grossa	Ponta Grossa
		UEPR/FAFIPA	Paranavaí	Paranavaí
Educação	Transporte Escolar	UEPR/FECILCAM	Campo Mourão	Campo Mourão
		UENP	Jacarezinho	Jacarezinho
Meio Ambiente	Resíduos sólidos urbanos	UENP	Jacarezinho	Jacarezinho

Tabela 16 - Fonte: Termo de Referência do PAF Social - TCE/PR

No 2º trimestre, cerca de 300 estudantes e professores, das sete universidades estaduais paranaenses, iniciaram o trabalho de campo, em cem municípios do Estado, auxiliando o Tribunal de Contas na fiscalização da correta aplicação do dinheiro público. O programa de auditorias sociais abordou temas escolhidos pelas próprias comunidades universitárias: distribuição de medicamentos à população, transporte escolar, destinação do lixo urbano e construção de indicadores de gestão municipal.

O lançamento dessa nova fase do PAF Social foi realizado no Centro de Atenção à Saúde (CAS) do bairro Uvaranas, em Ponta Grossa, onde os estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) começaram o levantamento sobre a distribuição de medicamentos nas unidades de saúde daquele município e de outros 8 da região dos Campos Gerais.

O CAS da UEPG foi escolhido para o lançamento da nova fase do PAF Social porque atende cerca de 18 pacientes por hora e é um dos principais centros de saúde da cidade. A equipe, integrada por professores, universitários e técnicos do TCE, aplicou questionários aos usuários da unidade de saúde, farmacêuticos e responsáveis pela entrega dos medicamentos, verificando no local as condições gerais de estrutura, de armazenamento e distribuição de medicamentos.

Alunos e professores da UEM, Universidade Estadual de Londrina (UEL) e de outros municípios próximos, como Apucarana e Cianorte tiveram seus trabalhos concentrados sobre os indicadores educacionais da região, objetivando definir quanto custa uma escola e um aluno para os cofres municipais, após a avaliação de 79 escolas. Os estudantes da Universidade Estadual de Maringá avaliaram a evolução e eficácia dos gastos com a educação fundamental pública na mesorregião norte-central do Paraná.

A verificação das reais condições do transporte escolar nos municípios paranaenses teve por objetivo avaliar a qualidade dos serviços oferecidos à população, com questões como a existência de caronas, os sistemas de gerenciamento de rotas e a identificação de ônibus, professores e alunos, entre

outros aspectos. Nesta etapa, a fiscalização aconteceu nos municípios de Araruna, Goioerê, Barra do Jacaré e Bandeirantes.

Posteriormente consolidadas, as informações levantadas pelos universitários serão submetidas à área técnica do TCE e levadas a plenário, para análise dos Conselheiros. O trabalho deve ser concluído até a metade do ano de 2012. Em seguida, será apresentado em Audiências Públicas regionais, para a cobrança de providências de parte das autoridades envolvidas.

### *Projeto SIM PCA*

---

O Projeto SIM PCA foi criado a partir da Portaria 551/11 e tem como meta aprimorar o escopo de fiscalização e análise da gestão municipal, com o intuito de subsidiar os Pareceres Prévios municipais e utilizar indicadores de gestão como critério para seleção de auditorias municipais. Dessa forma, este projeto visa a mudar o enfoque metodológico utilizado, priorizando o acompanhamento oportuno e tempestivo da gestão dos recursos públicos municipais, possibilitando a melhoria qualitativa da análise das contas anuais por parte do TCE/PR, bem como contribuir para o aperfeiçoamento do controle interno e da gestão municipal.

## **6.2. Programa Fiscalização Cidadã**

O programa foi instituído por meio da Portaria nº 420/11 e visa a aprimorar os processos de fiscalização, oferecendo ferramentas eficientes e padrões adequados para a realização do controle externo, bem como fornecer informações necessárias para o exercício do controle social. Este é composto pelos seguintes projetos: Atos de Pessoal; Sistema Integrado de Transferências – SIT; Sistema Estadual de Informações – SEI; Sistema de Informações Municipais – SIM; Previdência; Obras Públicas; e Novo Cadastro de Pessoas.

### *Projetos Atos de Pessoal*

---

O Tribunal de Contas do Estado também é responsável pela fiscalização de atos de pessoal e análise dos processos de admissão, aposentadoria e

revisão de proventos. Atualmente, dispõe de sistema informatizado para captação bimestral das informações de movimentações e pagamentos dos servidores municipais, o SIMAP. Os dados informados pelos jurisdicionados são carregados automaticamente na base de dados do TC. Porém, as informações prestadas pelos jurisdicionados são de natureza declaratória e para comprovar a veracidade, o TCE necessitaria de informações no domínio do Ministério da Previdência e Assistência Social e outros órgãos através de convênio de troca de dados.

Neste contexto, surgiu o referido projeto, implantado pela Portaria nº 421/11, que tem como finalidade fiscalizar os atos de pessoal, sujeitos a registro, de âmbito estadual e municipal, auxiliar no aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas e disponibilizar informações necessárias para o exercício do controle social. Além disso, visa mapear toda a estrutura de cargos dos municípios, acompanhando admissões, a evolução das carreiras dos servidores, aposentadorias e salários – inclusive dos agentes políticos, formando um sistema informatizado para captação, análise, críticas e conclusões à vista dos dados atinentes aos atos de pessoal praticados pelos jurisdicionados, cuja fiscalização é atribuída a esta Corte de Contas, num viés de atuação preventiva e concomitante.

O objetivo do Projeto é contribuir no combate à corrupção, à ocorrência de fraudes e ao desperdício de recursos, aprimorando e acelerando o processo de análise e registro de admissão de pessoal, aposentadorias e pensões dos servidores das entidades jurisdicionados, além de propiciar uma captação de dados padronizada, ágil, reduzindo-se ao mínimo possível o trabalho manual e meramente burocrático dos técnicos deste Tribunal, a fim de se obter um padrão de fiscalização voltado à gestão de resultados, focando o aspecto preventivo e com entregas tempestivas à sociedade.

### ***Projeto Sistema Integrado de Transferências – SIT***

---

O projeto foi iniciado através da Portaria nº 422/11 e tem como objetivo fiscalizar o repasse e a execução de transferências voluntárias estaduais e municipais, dar cumprimento ao disposto no art. 228, do Regimento

Interno, auxiliar no aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas e disponibilizar informações necessárias para o exercício do controle social.

O SIT permite fazer um acompanhamento detalhado e *on-line* dos repasses e da aplicação dos recursos utilizados a título de transferência voluntária a entidades públicas e privadas que prestam serviços de interesse social, entre elas as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), as Organizações Sociais (OS), as Associações de Proteção à Maternidade e à Infância (APMIs), as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e outras. Os municípios são incluídos no rol de entidades fiscalizadas quando recebem recursos estaduais.

O SIT possui mecanismos que detectam falhas e inconsistências nas informações prestadas pelos concedentes e tomadores de recursos públicos. O sistema disponibiliza a emissão de relatórios que permitem a ambos, ao Tribunal e à sociedade acompanhar a transferência e a aplicação do dinheiro público, além de agilizar e tornar mais eficaz o controle dos repasses a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

A adoção do SIT tornou-se obrigatória a partir de janeiro de 2012 para todas as entidades que repassam ou recebem recursos públicos de transferências voluntárias. Entre as novas obrigações está a de alimentar o SIT bimestralmente com informações referentes a convênios, subvenções sociais, contratos de gestão, termos de parceria e outros instrumentos congêneres.

#### ***Projeto Sistema Estadual de Informações – SEI***

---

O Sistema Estadual de Informações foi implantado pela Portaria 423/11 e tem como objetivo desenvolver o novo sistema de fiscalização da administração estadual, assim como, auxiliar no aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas e disponibilizar informações necessárias para o exercício do controle social.

#### ***Projeto Sistema de Informações Municipais - SIM***

---

O Sistema de Informações Municipais foi instituído pela Portaria nº 805/11 e tem por finalidade adequar o plano de contas aos requisitos das

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, padronizar e consolidar as contas públicas, por meio da reformulação do Sistema de Informações Municipais.

O novo Sistema é uma ferramenta eletrônica utilizada para o encaminhamento da Prestação de Contas. Este Sistema evita deslocamentos de servidores das Prefeituras a Curitiba e reduz os gastos dos municípios com o correio, além de padronizar procedimentos, agilizar e aprimorar a análise de dados.

### *Projeto Previdência*

---

O Projeto Previdência foi iniciado pela Portaria 865/11 e tem como objetivo desenvolver junto aos jurisdicionados, que possuam RPPS - Regimes Próprios de Previdência Social, tanto nos Municípios quanto no Estado, procedimentos de Gestão Previdenciária, analisando, para isso, as áreas atuarial, contábil, jurídica e mercado financeiro, com observância dos corretos conceitos da previdência: caráter contributivo, equilíbrio financeiro e atuarial, formação de poupança interna de longo prazo, pagamento dos benefícios relacionado à formação do plano de custeio e distribuição de renda.

Além disso, o projeto busca o desenvolvimento de padrões de fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tendo como meta a padronização e ampliação das análises destes sistemas previdenciários.

### *Projeto Obras Públicas*

---

Implantado pela Portaria 818/11, o Projeto tem por finalidade elaborar as especificações, testar e homologar o novo sistema de fiscalização de obras públicas estaduais e municipais, auxiliar no aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas e disponibilizar informações necessárias ao exercício do controle social. O projeto se justifica em face da necessidade de estruturação das informações para controle das obras públicas estaduais e de ampliação das informações existentes sobre as obras municipais. O maior volume de informações, inclusive com o recebimento de cópias digitais de documentos, mostra-se fundamental para que seja possível

um conhecimento mais detalhado das obras, minimizando a necessidade de deslocamento ao local das mesmas.

O resultado será a redução do tempo despendido pelo técnico em campo e o melhor aproveitamento dos esforços, que serão dirigidos aos locais que apresentem necessidade de maior atenção do controle externo. Além disso, com o recebimento de cópia de alguns documentos por meio digital, será também possível ao TCE/PR disponibilizá-los através de portal para que possam ser ampliadas as possibilidades e a abrangência do controle social.

### ***Projeto Novo Cadastro de Pessoas***

---

Instituído pela Portaria 966/11, o Novo Cadastro de Pessoas tem como meta redesenhar e reconstruir o sistema de captação e manutenção dos dados cadastrais dos jurisdicionados, fornecedores, agentes públicos e demais pessoas jurídicas e físicas que se relacionam com o Tribunal, já que o sistema atual está obsoleto. A ideia central visa à criação de um novo sistema de cadastro de pessoas com três interfaces: uma externa para os jurisdicionados e duas internas, uma para consulta geral e outra para cadastramento.

### ***Projeto ATOTECA***

---

O projeto ATOTECA tem por objetivo captar dados das leis, decretos, portarias, resoluções e outros atos emitidos pelos jurisdicionados, visando à divulgação de documentos na ATOTECA e associação com os demais sistemas do TCE. O projeto ainda não está instituído em Portaria. Atualmente está na fase de levantamento das demandas e verificação do impacto nos outros sistemas informatizados.

## **6.3. Programa TCE Digital II**

### ***Projeto Unificação Digital***

---

O TCE Digital II foi implantado pela Portaria nº 427/11 e tem como objetivo central consolidar a substituição de documentos impressos por documentos digitais com o desenvolvimento do novo sistema de trâmite e de encaminhamento de documentos não processuais pelo meio digital.

## 7. Relacionamento com o Público Externo

O objetivo do TCE/PR é ser reconhecido como agente de controle externo que atua em tempo real e próximo à sociedade, fornecendo informações necessárias para o exercício do controle social. Para isso, estabeleceu novas possibilidades de parcerias entre o Poder Público e a sociedade civil, fomentando o conceito de cidadania, para o acompanhamento do uso dos recursos públicos assim como dos gastos e investimentos. Além disso, investiu na capacitação de jurisdicionados e na ampliação e aprimoramento das ações de comunicação.

### 7.1. Convênios e Parcerias

O foco dos acordos de cooperação técnica foi o intercâmbio de informações, a fiscalização de recursos públicos, o fomento às atividades de pesquisa e extensão acadêmicas, o treinamento de servidores, a compra de equipamentos, entre outros.

#### 7.1.1. Parcerias que o TCE/PR manteve durante o segundo trimestre de 2012

Protocolo	Parceria	Objeto	Assinatura	Prazo
15379-04	CGU	Realização de trabalhos de auditoria nas contas de Programas e Projetos co-financiados pelo- BID, no Estado do Paraná.	07/06/2004	DE 17/05/2003 A INDETERMINADO
63236-09	PARANÁ PREVIDÊNCIA	Concessão e manutenção de benefícios previdenciários aos Conselheiros, Auditores, Procuradores e servidores cargos efetivos, do TCE PR, e seus dependentes, bem como a gestão e o processamento das respectivas folhas de pagamento.	29/09/2009	INDETERMINADO
157073-10	TJ-TRT-TRF-MPE- Assoc. dos Municípios	Estabelecer ordem cronológica única de apresentação dos precatórios requisitórios, entre o TJ-PR, o ESTADO DO PARANÁ e seus MUNICIPIOS	29/03/2010	INDETERMINADO
291540-08	MP PR FUNDEB	Compartilhar informações e articular ações institucionais, nos termos discriminados adiante, com o objetivo de potencializar a efetividade das decisões do Tribunal de Contas e instrumentalizar a ação do Ministério Público voltada para esse fim. Relativo ao FUNDEB.	06/10/2008	INDETERMINADO

<b>305536-09</b>	Câmara dos Deputados, Senado, TCU, TCDF, TCE BA, MT, MG, PE, SP, AM, CE, PR, RJ, RN, RS, TCM SP, RJ, BA, CE	Articulação de esforços, formação de parcerias e troca de informações, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, com o objetivo de viabilizar o apoio a ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização da Copa	25/08/2009	25/08/2014
<b>27029-9/11</b>	IRB	Cessão, pelo IRB, de licença permanente de uso do software de gestão estratégica e gestão de projetos CHANNEL.	15/09/2011	15/09/2013
<b>228930-09</b>	Rede de Controle - TCU e outros	Ampliar e aprimorar a articulação de parcerias entre entidades mediante a formação de rede estadual e interação com a Rede de Controle da Gestão Pública.	16/11/2009	16/11/2014
<b>482691-10</b>	GESPÚBLICA -	Participar do desenvolvimento das atribuições do Comitê Gestor do Núcleo Paranaense, elencadas no, arts. 2 e 3 do Regimento Interno	19/11/2010	19/11/2015
<b>266247-10</b>	TJ-PR	Desenvolvimento de ações conjuntas, visando ao aprimoramento do desempenho das respectivas atribuições, por meio de intercâmbio de informações, conhecimentos e técnicas e de cooperação técnica, científica e cultural	13/12/2010	13/12/2015
<b>236577-09</b>	TCE-TO	Estabelecer formas de cooperação entre oTC-TO e o TCE/PR, nas áreas técnicas e funcional das Entidades aqui acordantes, com a finalidade de aprimorar e fortalecer os mecanismos com os quais opera o controle externo.	26/06/2009	INDETERMINADO
<b>60640-8/11</b>	CREA - PR	Implementar procedimentos para a fiscalização de obras públicas; Viabilizar o acesso a informações dos sistemas informatizados dos convenentes; divulgar ações dos partícipes; Promover ações conjuntas objetivando ampliar a participação de profissionais registrados no CREAPR, na ocupação de cargos técnicos e no desempenho das atividades previstas na Lei n 5.194/66; Estabelecer procedimentos para o registro das Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, decorrentes de trabalhos técnicos executados por profissionais integrantes do quadro técnico do TCEPR; Criar um canal de comunicação permanente entre o CREA-PR e o TCE/PR.	13/10/2011	INDETERMINADO
<b>575931-06</b>	TRT	Instituir o intercâmbio permanente de informações, notadamente no que se refere ao controle de contas dos Municípios do Estado do Paraná. A cooperação recíproca.	28/11/2006	INDETERMINADO
<b>não autuado</b>	Protocolo de Intenções IBRAOP-TCs - Atricon	Desenvolvimento de ações voltadas ao aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de Orientações Técnicas	16/11/2009	16/11/2014

398445/10	IBRAOP - Filiação	Filiação do TCE/PR ao Ibraop, nos termos do Protocolo de Intenções firmado em 16 de novembro de 2009	19/11/2010	16/11/2014
582703-11	TCE PR - PGE - MPJTC	Integração dos órgãos signatários e o estabelecimento de rotinas procedimentais comuns para obter maior eficácia na execução fiscal e na defesa judicial dos atos emanados do TCE, bem como fornecer acesso ao banco de pareceres exarados pela PGE a ambos os órgãos.	16/09/2011	INDETERMINADO
	Receita Federal	Fornecimento de informações cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, constantes dos cadastros da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao TCE/PR.	18/02/2009	INDETERMINADO
58269-0/11	UFPR	Parceria para ações de fiscalização de obras da copa.	31/01/2012	60 meses
49383/12	DETO	Normatizar o orçamento programado com referência ao fornecimento de combustíveis, álcool etílico hidratado, gasolina comum e óleo diesel, associado à instalação e manutenção de sistema automatizado de controle de abastecimento.	16/04/2012	31/12/2012
49391/12	SEAP	Manutenção corretiva e preventiva nos veículos da frota.	11/04/2012	21/12/2012
3491-2/12	SEBRAE	Voltados à divulgação e capacitação quando ao tratamento diferenciado a ser dado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas Licitações Públicas.	30/11/2011	Não explicitado no convênio.
223740/12	PARANAPREVIDÊNCIA	Estabelecer regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de base de dados, e de soluções de tecnologia da informação, visando otimizar as atividades de fiscalização, bem como evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.	12/06/2012	Indeterminado
5833-1/12	MPPR	Aditivo ao 514909-10. Cooperação visando conferir agilidade aos trabalhos desenvolvidos no MPPR, mormente no tocante à Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária, à Educação e ao Combate aos Crimes Praticados por Prefeitos.	05/06/2012	60 meses

**Tabela 17 - Fonte: Gabinete da Presidência -TCE/PR**

### 7.1.2. Parcerias relacionadas ao projeto PAF SOCIAL

Protocolo	Parceria	Objeto	Assinatura	Prazo
488928-11	UEL	Fomento às atividades de pesquisa e extensão acadêmica do tomador, voltadas ao estudo e análise da gestão pública municipal, para incentivar e aprimorar as ações no âmbito do controle externo, no controle interno e do controle social.	29/08/2011	31/07/2012
488928-11	UEM	O desenvolvimento e a análise de indicadores de gestão pública municipal, aplicados às ações de controle.	29/08/2011	31/07/2012
488928-11	UEPG	O desenvolvimento e análise de indicadores de gestão pública municipal, aplicados às ações de controle e o desenvolvimento de ações conjuntas para a realização de Auditoria Operacional e de Regularidade ou de Conformidade na área de saúde.	29/08/2011	31/07/2012
488928-11	UNICENTRO	O desenvolvimento e análise de indicadores de gestão Pública municipal, aplicados às ações de controle.	29/08/2011	31/07/2012
488928-11	UNIOESTE	O desenvolvimento e análise de indicadores de gestão pública municipal, aplicados às ações de controle e o desenvolvimento de ações conjuntas para a realização de Auditoria Operacional e de Regularidade ou de Conformidade na área de saúde.	29/08/2011	31/07/2012
488928-11	UNESPAR/FAFIPA	O desenvolvimento de ações conjuntas para a realização de Auditoria Operacional e Auditoria de Regularidade ou Conformidade na área de Saúde.	29/08/2011	31/07/2012
488928-11	UNESPAR/FECILCAM	O desenvolvimento de ações conjuntas para a realização de Auditoria Operacional e Auditoria de Regularidade ou Conformidade na área da Educação.	29/08/2011	31/07/2012
488928-11	UNESPAR/FECEA	Voltado ao estudo e análise da gestão pública municipal, para incentivar e aprimorar as ações no âmbito do controle externo, do controle interno e do controle social.	29/08/2011	31/07/2012
488928-11	UENP	Voltado ao estudo e análise da gestão pública municipal, para incentivar e aprimorar as ações no âmbito do controle externo, do controle interno e do controle social.	29/08/2011	31/07/2012

Tabela 18 - Fonte: Gabinete da Presidência - TCE/PR

### 7.1.3. Parcerias que estão tramitando no TCE/PR

Protocolo	Parceria	Objeto
65233-7/11	IRB	Para o desenvolvimento de projeto e atividades de natureza técnica e científica, visando o fortalecimento da integração e modernização dos TCs

164654/12	UFPR	Contratação dos bolsistas para fiscalização de obras da COPA.
205741/12	TCU	Licenciamento para o uso do programa de computador Fiscalis Execução off line.
98406/12	Aditivo IRB	Aditivo.
330775/12	SAE	Promover o intercâmbio de informações e experiências para a implementação dos instrumentos da Lei de Acesso à Informação.
335351/12	OSB	Cooperação para fiscalização das contas públicas.
2855-6/12	UTFPR	Fomentar pesquisa à tecnologia de informação, nas áreas de engenharia de software e sistemas de informação, com equipes compostas por servidores do TCE/PR e pesquisadores e alunos da UTFPR.
404051/12	SEBRAE	

Tabela 19 - Fonte: Gabinete da Presidência - TCE/PR

#### 7.1.4. Parcerias sem formalização

Protocolo	Parceria	Objeto
569480-11	INST. ETHOS E OUTROS	PROJETO JOGOS LIMPOS - Estabelecer rede de controle social para os jogos da Copa.

Tabela 20 - Fonte: Gabinete da Presidência - TCE/PR

## 7.2. Divulgação Institucional

A política de comunicação institucional do TCE/PR visou ao fortalecimento das redes sociais de controle através de canais de comunicação desburocratizados e descentralizados, com linguagem acessível para a sociedade. A transparência nos resultados e na forma de atuação do Tribunal é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o TCE/PR busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

**COMUNICAÇÃO INTERNA- servidores**

**- Boletim eletrônico interno “Contando para Você”-**

Boletim eletrônico interno, com periodicidade semanal, enviado, por e-mail, a todos os servidores do Tribunal. É um veículo de comunicação que contribuiu para melhorar a comunicação interna, informando as principais decisões, ações e programas da Casa e também contribuiu na integração e valorização dos servidores, com reportagens que mostram o seu dia a dia, espaço para artigos, classificados e dicas culturais.



**- Web rádio interna - O TCE Paraná-** Nome da web rádio institucional sintonizável na intranet do TCE/PR. Possui uma programação de rádio interna dirigida aos servidores da Casa e reúne música clássica (em cuja veiculação pública não há incidência do pagamento de direitos autorais) e notícias em áudio sobre as atividades do Tribunal. O objetivo é, gradualmente, incrementar a programação, inserindo notícias e comunicados de interesse dos servidores.

**- Clipping eletrônico-** Reportagens publicadas em veículos de comunicação impressos e digitais que abordem o Tribunal de Contas ou assuntos ligados à Administração Pública.

**COMUNICAÇÃO EXTERNA- jurisdicionados e sociedade**

**- Divulgação Externa-** Produção e distribuição de notícias institucionais, divulgados aos veículos de imprensa (jornais, emissoras de rádio e TV, sites e blogs na internet.

**- Banco de Áudio-** O objetivo do Banco de Áudios é difundir informações institucionais, principalmente nas emissoras do interior de Estado, que desfrutam de grande audiência especialmente junto à população.

**- Tecer** - Boletim informativo externo, com periodicidade quinzenal, enviado aos diferentes públicos com os quais o Tribunal se relaciona: jurisdicionados, parlamentares, entidades que atuam no controle social, universidades, órgãos de representação profissional e imprensa.



O “Tecer”, cujo nome, além de fazer analogia à sigla do Tribunal, remete

ao ato de construir, promover uma atividade conjunta – traz informações objetivas sobre as principais atividades da Corte, como julgamentos, jurisprudência, inovações tecnológicas, prazos, projetos, programas e ações. Com essa nova ferramenta de comunicação, o Tribunal se aproxima mais do cidadão, destino final de toda a atividade dos órgãos públicos.

**- TWITTER- <http://twitter.com/tcepr>**

Perfil institucional na rede social. O público de internautas recebe comunicados sobre ações, programas, eventos, treinamentos e decisões plenárias.

**- Portal TCE/PR- <http://www.tce.pr.gov.br/>**

O Portal do Tribunal contém informações a respeito do próprio Tribunal e também dos órgãos públicos que ele fiscaliza. Disponibiliza também publicações das Contas do Governo, informações sobre as Auditorias Operacionais, Auditoria Social e Auditoria de Programas Governamentais co-financiados; além de abrigar enquetes e pesquisas eletrônicas. É possível encontrar ainda, notícias, regulamentos, atas e outras publicações relativas à evolução das obras da Copa do Mundo no Paraná.

O Portal disponibiliza instrumentos para fins de registro e acompanhamento das informações, bem como para a prestação de contas das transferências voluntárias, além de fornecer acesso às ferramentas e conteúdos relacionados à adoção do Processo Eletrônico.

Resumidamente, temos o seguinte quadro das atividades relacionadas à Comunicação Externa no 2º trimestre de 2012:

<b>Comunicação externa</b>	<b>Nº</b>
Divulgação externa (releases)	129
Rede social institucional - Twitter (postagens)	80
- Facebook (postagens)	6
Banco de áudios (informações)	19
Boletim externo (newsletter)	5

Tabela 21 - Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social - TCE/PR

### 7.3. Eventos Externos

Torna-se cada vez mais claro que a fiscalização do dinheiro público é formada por uma tríade. Dela, fazem parte o controle externo (exercido pelo Tribunal de Contas), o controle interno (efetuado pelos próprios órgãos e entes públicos) e o controle social (realizado pelas entidades da sociedade organizada).

O Tribunal de Contas tem interesse em qualificar seus jurisdicionados e também os principais agentes de controle social: conselhos sociais, associações locais ou setoriais, organizações da sociedade civil, observatórios sociais, Universidades, imprensa, cidadão; com o propósito de minimizar custos sociais, garantir a oferta de serviços de qualidade e promover a transparência nas ações públicas.

#### 7.3.1. Programa de capacitação aos jurisdicionados, no segundo trimestre de 2012

CURSO / PALESTRA / SEMINÁRIO / EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES ANTES	MUNICÍPIOS	LOCAL
		5123		
SEMINÁRIO: GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AS PROVIDÊNCIAS DE FINAL DE MANDATO	03 de abril	251	51	Francisco Beltrão/PR
INCLUSÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS COMPRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - LEI 123/06	04 de abril	128	38	Francisco Beltrão/PR
II SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS PARA OS ESTADOS E MUNICÍPIOS - ETAPA PARANÁ	16 a 20 de abril	792	226	FESP Curitiba/PR
NOVO PANORAMA DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E O SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS	24 de abril	178	40	Santo Antônio da Platina/PR
SEMINÁRIO: GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AS PROVIDÊNCIAS DE FINAL DE MANDATO	24 de abril	199	54	Londrina/PR
INCLUSÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS COMPRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - LEI 123/06	25 de abril	252	54	Londrina/PR
SEMINÁRIO: GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AS PROVIDÊNCIAS DE FINAL DE MANDATO	03 de maio	208	58	Curitiba/PR
SEMINÁRIO: GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AS PROVIDÊNCIAS DE FINAL DE MANDATO	08 de maio	401	77	Cascavel/PR
INCLUSÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS COMPRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - LEI 123/06	15 de maio	92	27	Umuarama/PR
SEMINÁRIO: GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AS PROVIDÊNCIAS DE FINAL DE MANDATO	16 de maio	439	105	Maringá/PR
INCLUSÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS COMPRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - LEI 123/06	17 de maio	173	43	Maringá/PR
INCLUSÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS COMPRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - LEI 123/06	24 de maio	150	38	Cascavel/PR

MESA REDONDA: LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	25 de maio	167	11	Auditório TCE
INCLUSÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS COMPRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - LEI 123/06	29 de maio	55	23	Auditório TCE
JORNADA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA - MÓDULO I - "Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social"	29 de maio	79	18	Tibagi/PR
JORNADA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA - MÓDULO II - "Aposentadorias e Pensões"	30 de maio	105	22	Tibagi/PR
JORNADA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA - MÓDULO III - "Contratação de Pessoal"	31 de maio	112	17	Tibagi/PR
SOLUÇÕES COMPARTILHADAS- PRÁTICAS DE SUCESSO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO PARANÁ	19 de junho	401	110	Curitiba/PR
V SIMPLES NACIONAL PARANÁ	26 de junho	153	25	Londrina/PR
EAD - NOVO PANORAMA DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E O SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS - SIT	27 de junho	577	112	EAD
V SIMPLES NACIONAL PARANÁ	28 de junho	80	27	Cascavel/PR
V SIMPLES NACIONAL PARANÁ	4 de julho	131	24	Auditório TCE

Tabela 23 - Fonte: Escola de Gestão de Gestão Pública - TCE/PR

### 7.3.2. Eventos realizados no segundo trimestre de 2012, relacionados ao Controle Social:

EVENTO	PARTICIPANTES	CH	PERÍODO	LOCAL	MINISTRANTES	PROMOÇÃO
SEMINÁRIO ESTADUAL: OS CONSELHOS MUNICIPAIS E O CONTROLE SOCIAL	*	2	11 de junho	EaD - Via Pólos	Fernando Augusto Mello Guimarães ; Marcio José Assumpção ; Gumercindo Andrade de Souza	EGP

Tabela 23 - Fonte: Escola de Gestão de Gestão Pública - TCE/PR

\*Este seminário foi realizado através de uma videoconferência e não houve a emissão de certificado. O número de participantes que podemos considerar é o nº estimado de 350, por conta dos acessos ao chat.

### 7.3.3. Outros eventos realizados pela Escola de Gestão Pública do TCE/PR, no segundo trimestre de 2012

CURSO / PALESTRA / SEMINÁRIO / EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES	CH	LOCAL
SEMINÁRIO INTERNACIONAL - 65 ANOS - HISTÓRIA E TENDÊNCIA DA AUDITORIA NOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	04 e 05 de junho	116	16	Auditório TCE/PR
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - 50 ANOS - COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI	27 de junho	73	6	Auditório TCE/PR

Tabela 24 - Fonte: Gabinete da Presidência - TCE/PR

## 7.4. Representação Institucional

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná continuou, no último trimestre, a atuar de forma intensa junto aos setores mais representativos da

Administração Pública, participando de diversos eventos para orientar sobre a correta aplicação dos recursos estaduais e municipais. Através de seu Presidente e corpo técnico, esteve representado em seminários, fóruns e reuniões, que discutiram a questão da Educação, a Assistência Social, as normas do Direito e as obras para a Copa do Mundo de 2014, procurando sempre atuar de forma transparente, através de ações de caráter preventivo e de orientação ao jurisdicionado.

#### **7.4.1. Resumo das ações relacionadas à Representação Institucional e aos Encontros Técnicos, realizados no 2º trimestre de 2012**

<b>DATA</b>	<b>LOCAL/EVENTO</b>	<b>ÓRGÃO/EMPRESA</b>	<b>TEMA/ASSUNTO</b>
04/abril	OPET (Cidade Mirim).	OPET	Palestra: "A Importância da Fiscalização do Uso do Dinheiro Público" (para pais e alunos).
10 e 11 abril	Brasília/DF- reunião técnica extraordinária.	STN – Secretaria do Tesouro Nacional	Reunião Técnica.
13/abril	Minas Gerais- visita técnica.	TCE/MG	Apresentação sobre a implementação de Processo Eletrônico do TCE/PR.
20/abril	Cornélio Procópio/ X Sessão do Fórum Permanente do Controle e Fiscalização do FUNDEB.	ALEP- Deputado Tadeu Veneri	Palestra e debate sobre o FUNDEB.
25/abril	Curitiba/II Fórum Brasileiro Direito Disciplinário.	Editora Fórum	Presidente de mesa na conferência de abertura.
25/abril	Curitiba/ VI Congresso Internacional de Direito Tributário do Paraná.	IETRE	Composição da mesa de abertura.
10/maio	Curitiba/ Reunião Ordinária do Conselho das Instituições de Ensino (Universidades do PR).	CPPG – Conselho Paranaense de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação	Prestação de Contas das IES e SIT.
10/maio	Curitiba/ JOGOS LIMPOS – Dentro e Fora dos Estádios.	Prefeitura do PR e outros	Apresentação de 15 minutos, no Painel sobre o panorama de CTBA, transparência e controle da Copa do Mundo.
15/maio	Curitiba/Audiência Pública sobre a Licitação do transporte metroviário de Ctba	PMC	Audiência Pública.
22/maio	Curitiba/ I Congresso Brasileiro Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos.	IDEHA	Abertura.
23 a 25 maio	Brasília/DF	Brasília/DF- Grupo Técnico de Padronização de Sistemas	Encontro Técnico do Grupo Técnico de Padronização de Sistemas- GTSIS/ PROMOEX.
25/maio	Araucária/ XIV Sessão do Fórum Municipal de Educação (mesa de trabalho).	SISMMAR	Palestra e debate sobre o FUNDEB.

<b>28 a 30 maio</b>	Brasília/DF - Encontro Técnico	STN	Programa de Estudos de Contabilidade Aplicada ao setor Público.
<b>29 e 30 maio</b>	Brasília/Seminário de Gestão Orçamentária e Financeira no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	Minist. Do Desenv. Social e Combate à Fome	Participação em Seminário.
<b>mês de junho</b>	Rio de Janeiro - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.	Governo do Paraná	Servidor indicado para participar de conferências e reuniões ligadas ao Rio + 20.

Tabela 25 - Fonte: Gabinete da Presidência - TCE/PR

## 8. Resultado Orçamentário e Financeiro

O orçamento do TCE/PR para o ano de 2012 apresentou dotação de R\$ 264.752.040,00. A despesa liquidada no final do 2º trimestre foi de R\$ 104.706.892,30, representando 40,39% da dotação orçamentária disponível para execução. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão indicadas na tabela seguir:

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	LIQUIDADO	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>244.201.840,00</b>	<b>104.277.028,32</b>	<b>42,70%</b>
Pessoal e Encargos	217.633.420,00	95.204.113,00	43,75%
<b>Ativo</b>	148.633.420,00	65.892.150,77	44,33%
<b>Inativo</b>	69.000.000,00	29.311.962,23	42,48%
Outras Despesas Correntes	26.568.420,00	9.072.915,32	34,15%
<b>Material de Consumo</b>	2.625.000,00	577.902,32	22,02%
<b>Serviços de Terceiros</b>	11.996.420,00	2.563.750,09	21,37%
<b>Contribuições</b>	1.750.000,00	1.136.867,61	64,96%
<b>Outras Despesas</b>	10.197.000,00	4.794.395,30	47,02%
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>15.010.200,00</b>	<b>429.863,98</b>	<b>2,86%</b>
Obras	7.049.200,00	-	0,00%
Investimentos	3.855.000,00	429.863,98	11,15%
Outros Investimentos	4.106.000,00	-	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>259.212.040,00</b>	<b>104.706.892,30</b>	<b>40,39%</b>

Tabela 26 - Fonte: Diretoria Financeira - TCE/PR

## 9. Fonte de Informações

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Lei Complementar 113/2005 disponível em [http://www.alep.pr.gov.br/sc\\_integras/leis/LCS00000113.htm](http://www.alep.pr.gov.br/sc_integras/leis/LCS00000113.htm)

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. “Contando para Você”, disponível na Intranet do TCE/PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados do Sistema de Trâmite do TCE/PR.

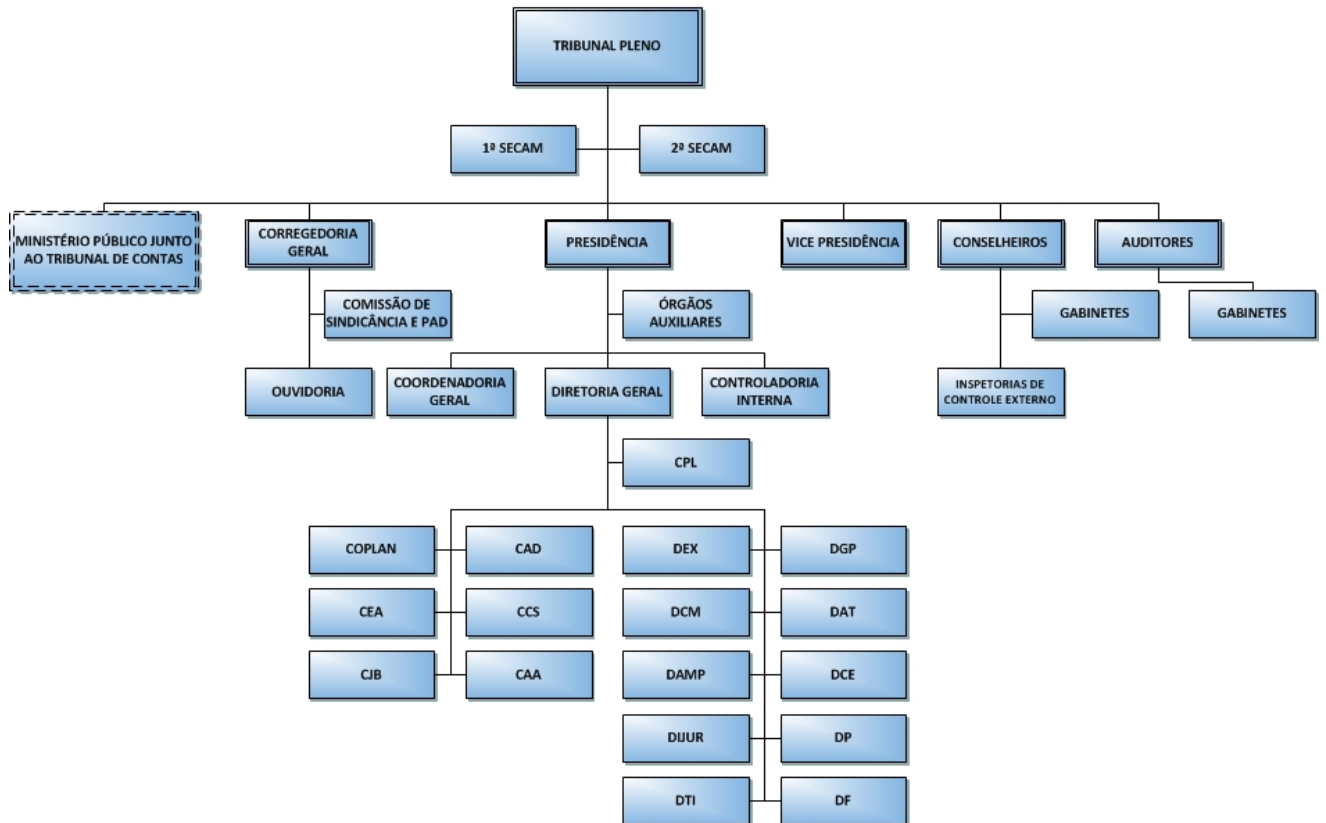
PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados fornecidos pelas unidades técnicas do TCE/PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados do Sistema Channel, disponível na Intranet do TCE/PR.



10. ANEXOS

# Organograma TCE/PR 2011





## **11. Lista de Abreviaturas e Siglas**

AML – Conselheiro Artagão de Mattos Leão  
AOTC – Atos Oficiais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
AP – Atos de Pessoal  
CAC - Auditor Cláudio Augusto Canha  
CAD – Coordenadoria de Auditoria  
CEA – Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura  
CG – Coordenadoria Geral  
CMNS - Conselheiro Caio Marcio Nogueira Soares  
COPLAN – Coordenadoria de Planejamento  
DAT – Diretoria de Análise de Transferências  
DCE – Diretoria de Contas Estaduais  
DCM – Diretoria de Contas Municipais  
DETC – Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
DEX – Diretoria de Execuções  
DG – Diretoria Geral  
DIJUR – Diretoria Jurídica  
FAMG – Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães  
HEB - Conselheiro Hermas Eurides Brandão  
HGH - Conselheiro Heinz Georg Herwig  
IAP – Instituto Ambiental do Paraná  
ICE – Inspeção de Controle Externo  
ILB - Conselheiro Ivan Lelis Bonilha  
IZL - Auditor Ivens Zschoerper Linhares  
JTL - Auditor Jaime Tadeu Lechinski  
LC – Lei Complementar  
MPJTC – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas  
NB – Conselheiro Nestor Batista  
PAF – Programa Anual de Fiscalização  
PCA – Prestação de Contas Anual  
SEI – Sistema Estadual de Informações  
SIM – Sistema de Informações Municipais  
SRVF - Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca  
TBC - Auditor Thiago Barbosa Cordeiro  
TC – Tribunal de Contas, referindo-se ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
TCE/PR – Tribunal de Contas do Estado do Paraná  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
SI – Segurança da Informação  
CN – Continuidade de Negócios  
PSIC – Política de Segurança da Informação e Comunicações  
PMI – Project Management Institute  
PMBOK – Project Management Body of Knowledge



# TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ